

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

JAUQUELINE SILVA VENANCIO DE ABREU

O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

JUIZ DE FORA

2018

JACQUELINE SILVA VENANCIO DE ABREU

O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

JUIZ DE FORA

2018

Dedico o presente Trabalho de Conclusão de Curso, a minha avó, Antonia Saraiva de Abreu, ao meu pai Amauri Venancio de Abreu, e a todas as pessoas que direta ou indiretamente me incentivaram a seguir em frente mesmo diante de todas as dificuldades.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar e refletir acerca da compreensão sobre o significado social da profissão na contemporaneidade, conforme a elaboração e fundamentação utilizada pelos discentes nos relatórios do estágio III entregues na Faculdade de Serviço Social/UFJF como requisito de conclusão do estágio obrigatório em Serviço Social. Teve como suposição, a problemática de que se no decorrer da graduação de Serviço Social na UFJF, as/os discentes, ao final do curso, compreendem o significado social da profissão em sua inserção na sociedade capitalista, se compreendem as contradições, os limites e as possibilidades postos na atualidade e, ainda, se possuem o Projeto Ético-Político do Serviço Social como uma referência para sua inserção no estágio. Neste sentido, buscamos enfatizar neste trabalho, a percepção dos discentes que incorporaram o estudo acerca do significado social da profissão em Serviço Social mediante as possibilidades de atuação na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Significado Social; Serviço Social; Percepção dos discentes;

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze and reflect on the understanding of the social meaning of the profession in the contemporary times, according to the elaboration and rationale used by the students in the reports of the stage III delivered in the Faculty of Social Work / UFJF as a requirement of completing the mandatory internship in Service Social. The problem was that, in the course of the graduation of Social Service in the UFJF, the students, at the end of the course, understand the social meaning of the profession in its insertion in capitalist society, if they understand the contradictions, the possibilities put in the present and, still, they have the Ethical-Political Project of the Social Service as a reference for its insertion in the stage. In this sense, we seek to emphasize in this work the perception of the students that incorporated the study about the social meaning of the profession in Social Service through the possibilities of action in capitalist society.

Keywords: Social Meaning; Social Service; Perception of the students;

LISTA DE ABREVIATURA

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa Em Serviço Social

CASM – Centro de Atenção em Saúde Mental

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas

CAPS IJ – Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Juventude

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DC – Diretrizes Curriculares

DPU – Defensoria Pública da União

HU – Hospital Universitário

PP – Projeto Político

PNE – Política Nacional de Estágio em Serviço Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Gráfico 1 – Relação aluno/área.....	66
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação dos relatórios com o campo de estágio/área.....	64
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE	14
2.1 Processo histórico da construção social do Serviço Social	14
2.2 Construção do Significado Social da profissão – alterações na imagem e autoimagem na trajetória brasileira.....	29
2.3 O significado social da profissão – autoimagem reafirmada junto ao projeto profissional hegemônico: Contribuições para a reafirmação deste significado na contemporaneidade.....	39
3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	47
3.1 Estágio Supervisionado e Serviço Social: Uma breve apresentação da Faculdade de Serviço Social/UFJF e seu projeto pedagógico	52
3.2 Perfil do aluno: apresentação do perfil do bacharel em Serviço Social e considerações acerca da pesquisa do perfil do aluno/2015	58
3.3 Contextualização dos campos de Estágio: Apresentação e Análise dos Relatórios de Estágio da FSS/UFJF – 2017	63
Considerações finais.....	72
Referências bibliográficas	74
Anexos.....	77

1. INTRODUÇÃO

Para entender o significado social da profissão em Serviço Social foi necessário analisar o passado e todo processo de legitimação da profissão no Brasil e, assim, compreender como está sendo realizado o exercício profissional frente às tensões expressas por meio de um movimento regressivo na luta entre as classes sociais, situando as disputas muito mais no plano da resistência, do que no plano de projeções para a superação do próprio modo de produção capitalista. Essa questão afeta diretamente os aparelhos pelos quais se desenvolvem as políticas sociais. Afetam, no sentido de restringir, as possibilidades de trabalho profissional direcionados pela perspectiva crítica. O que repercute entre os discentes, em como a ação profissional pode ser direcionada pela perspectiva crítica, diante do complexo movimento político do país pelo qual a regressão das políticas públicas manifesta cada vez mais o afunilamento do acesso populacional brasileiro.

Temos como pressupostos que a apreensão do significado social da profissão exige uma sólida formação teórico-metodológica, em um curso de graduação que permita o contato com as principais referências, em sua fonte, entendidas em seus fundamentos históricos e sociais. Conforme este tema/objeto tem sido pouco explorado nas monografias de final de curso, pude perceber ao longo da minha trajetória na pesquisa deste TCC, poucos títulos acadêmicos que abordassem tais indagações, inclusive identifiquei uma escassez de produção acadêmica acerca do tema proposto na Pós-Graduação em Serviço Social/UFJF.

Neste sentido, interessa-nos apresentar neste trabalho a formulação de uma síntese das questões que envolvem o significado social da profissão através da compreensão dos discentes acerca do objeto de estudo. Buscamos identificar tal significado social por meio das descrições contidas nos relatórios de estágio obrigatório III, embora a proposta de instrumento de pesquisa inicial tenha sido o grupo focal.

Durante a etapa de aprovação da pesquisa em campo nos defrontamos com dificuldades acerca do trâmite da pesquisa no comitê de ética, o que ocasionou na mudança do procedimento de pesquisa. Inicialmente, buscávamos a compreensão do significado social da profissão em Serviço Social sistematizada por meio de grupo

focal com as/os discentes do oitavo e do nono períodos do curso de Serviço Social. Em virtude do tempo para a elaboração do TCC II, incompatível com o trâmite no Comitê de Ética, optamos por analisar o significado social da profissão expresso nos relatórios de estágio obrigatório III do ano de 2017, analisando a elaboração e fundamentação utilizada pelos discentes nos relatórios, justamente para não comprometer o desenvolvimento da pesquisa conforme o cronograma estipulado. Restringimos a investigação da pesquisa aos relatórios da 3ª etapa do estágio obrigatório, por entender que nesta fase do estágio curricular em Serviço Social os discentes já possuem um amadurecimento profissional sólido devido à sua vivência nos campos de atuações profissionais juntamente com toda a trajetória teórica apreendida até o momento de finalização do estágio.

Além disso, como suporte de análise utilizamos a pesquisa do perfil do/a aluno da faculdade de serviço social realizada em 2015, uma vez que a pesquisa referente ao ano de 2017, até a presente elaboração deste trabalho, ainda não estava com o relatório finalizado. Buscamos utilizar a pesquisa do perfil do/a aluno devido a apresentação de dados que envolvem a trajetória acadêmica dos discentes bem como sua forma de lidar com o aprendizado proposto pelo projeto pedagógico de ensino da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

Estes discentes serão os futuros profissionais em Serviço Social e encontrarão desafios às questões que abarcam o exercício profissional no mercado de trabalho atual – visto que os ataques às políticas públicas são eminentes –, há então uma necessidade da formação crítica dos Assistentes Sociais para que a atuação se concretize para além do imediatismo e proporcione a reflexão do próprio profissional sob o que compete a ele. Nesse sentido, acreditamos que será possível realizar o trabalho respaldado no Projeto Ético-Político Hegemônico da Profissão, contribuindo para um posicionamento profissional crítico ao que tange aos rebatimentos acometidos na reprodução das relações sociais contemporâneas.

Assim, através da pesquisa nos empenhamos a entender de que forma os discentes formandos do ano de 2017 do curso em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – ressaltar que a inserção destes discentes se encontra em uma universidade pública, presencial, com uma formação acadêmica que envolve pesquisa, ensino e extensão – expressam sua compreensão do significado social da

futura profissão, conforme sua trajetória acadêmica e sua elaboração acerca do estágio.

Sendo assim, analisar os relatórios de estágio nos leva a entender a apreensão reflexiva destes discentes acerca das contradições, os limites e as possibilidades do exercício profissional, suas referências ao Projeto Ético-Político do Serviço Social juntamente com as indagações que impactam diretamente o trabalho do Assistente Social sob a perspectiva da experiência do estágio.

Por certo, a realização da pesquisa nos possibilitou levantar informações acentuadas sobre como as diretrizes da grade curricular de ensino, a perspectiva crítica profissional – que é aprofundada através dos estágios-obrigatórios – e como as referências clássicas do Serviço Social podem contribuir para a formação que abarca a totalidade da realidade social e sua correlação na ação profissional o que, conseqüentemente, contribui no auxílio aos futuros Assistentes Sociais a evitarem o viés de posições fatalistas, messiânicas e militantistas no fazer profissional, como é analisado por Marilda Iamamoto.

Com isso, a importância de uma análise crítica da profissão nos leva a compreender a perspectiva que fundamenta as competências e atribuições profissionais apresentadas na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, o que contribui para a defesa e posicionamento dos assistentes sociais em relação às atividades requisitadas pelos empregadores em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Além disso, na tentativa de organizar esta produção acadêmica, que se concretiza no TCC, foram estruturados dois capítulos de elaboração da pesquisa. No primeiro capítulo será apresentado, por meio do procedimento de investigação, a pesquisa bibliográfica abordando obras da literatura do Serviço Social – que possuem em suas elaborações um caráter crítico ao analisar a profissão – através de dois textos centrais contemplados pela obra de ORTIZ bem como a obra de IAMAMOTO e CARVALHO.

Buscamos, ainda, apresentar a análise dos documentos de autoria de Iamamoto, apresentando o desvelamento de tal significado a partir da análise sobre a gênese do Serviço Social na sociedade capitalista e enfatizando na literatura de Ortiz, a vinculação da imagem social da profissão e sua autoimagem aos processos

objetivos postos na sociedade brasileira. Já no segundo capítulo abordamos os parâmetros do estágio obrigatório supervisionado e o projeto de formação profissional defendido pelo Serviço Social.

Por fim, evidenciamos no último capítulo a análise do levantamento de dados acerca das informações expressas nos relatórios de estágio obrigatório III, correlacionando o referencial teórico apresentado no primeiro capítulo a fim de sistematizar o debate sobre o significado social da profissão, contido nos relatórios.

Ao final deste trabalho, tecemos as considerações retornando os pressupostos teóricos e destacando, a partir dos resultados de ambos instrumentos de pesquisa, as discussões relevantes acerca da compreensão do significado social da profissão em Serviço Social expresso nos fragmentos textuais dos relatórios de estágio III/2017 entregues no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

1. O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE

1.1 Processo histórico da construção social do Serviço Social

Para entender como se dá a percepção do significado social da profissão na atualidade é importante realizar uma análise do processo histórico profissional frente às relações sociais e sua reprodução na sociedade capitalista.

A própria constituição do capitalismo provocou o aumento da produtividade pelo desenvolvimento das forças produtivas¹. Esse processo ocorreu considerando a existência de classes fundamentais: a burguesia e o proletariado, no qual a burguesia detém os meios de produção e a outra possui a força de trabalho para a realização do processo produtivo. Neste sentido, o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Contudo, por mais que a produção seja cada vez maior, o salário não aumenta proporcionalmente ao crescimento da produção. Marx (2002) desvela essa condição ao analisar o processo de produção de valor, e a condição de exploração do trabalhador, pela extração da mais-valia. Assim, também o autor analisa a condição do aumento da produtividade na sociedade capitalista no que denomina de lei da acumulação capitalista, apontando suas limitações.

Partindo dessas premissas, é possível refletir sobre o processo pelo qual a profissão de Serviço Social é instituída. Com isso, IAMAMOTO (2011, p.77, grifo do autor) nos chama atenção para seu esforço analítico, apresentado no segundo capítulo de sua obra, sobre o *“significado social dessa profissão na sociedade capitalista”*, relacionando a profissão “como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (2011, p.77).

¹ Para Marx, as forças produtivas possuem intrínseca relação com as relações de produção. No dicionário do pensamento marxista tais determinações remetem à “[...] ideia de que uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção subjaz à dinâmica do modo de produção capitalista. De maneira mais geral, essa contradição explica a existência da história como uma sucessão de modos de produção, já que leva ao colapso necessário de um modo de produção e à sua substituição por outro. E o binômio forças produtivas/relações de produção subjaz, em qualquer modo de produção, ao conjunto dos processos da sociedade, e não apenas ao processo econômico. O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. [...]” (BOTTOMORE, 2012, p. 254-255, grifo do autor)

Para essa autora, seu objeto de estudo incide nos aspectos peculiares que constituíram o Serviço Social brasileiro. Com isso, IAMAMOTO (2011) elucida acerca reprodução das relações sociais que são envolvidas para além dos objetivos de produção, bem como a própria consciência social e o modo de vida dos Trabalhadores. Assim,

[...] cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também, os ultrapassa. [...]. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (IAMAMOTO, 2011, p.78).

Podemos dizer, que na concepção da autora, IAMAMOTO (2011), a totalidade das relações sociais estão intrinsicamente relacionadas ao modo de produção. Desta forma, as relações sociais de produção atingem a cotidianidade desses Trabalhadores com a família, em seus lazeres e em todos os aspectos que incorporam suas relações sociais bem como a reprodução das mesmas.

Compreendermos que tais relações sociais fazem parte da constituição da sociedade capitalista e do modo de apropriação privada dos meios de produção, podemos perceber, portanto, que a força de trabalho determinada pelo processo produtivo se torna objeto de controle da Ordem Societária Dominante justamente por causa das possibilidades de resistência e organização da Classe Trabalhadora, o que nos remete à institucionalização da prática do Assistente Social. É nesse sentido que o Serviço Social emerge enquanto profissão², e devemos nos atentar aos aspectos objetivos que compõem o significado da profissão. IAMAMOTO (2011) afirma,

Isso supõe, como diretriz de trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma

² Neste trabalho estamos nos atentando a compreensão de Iamamoto. Contudo, em 1991, José Paulo Netto avançou na compreensão da emergência do Serviço Social na sociedade capitalista em sua fase monopolista através de seu livro Capitalismo Monopolista e Serviço Social (1991).

direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (2011, pag.79-80).

A partir daí podemos considerar que o exercício profissional em Serviço Social parte do movimento analítico das relações sociais e possui como face de suas representações os dois ângulos destacados anteriormente. Com isso, IAMAMOTO (2011) destaca que “ [...]. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas (2011, pag. 81) ”. Nesse sentido, podemos perceber como o antagonismo entre classes, expresso pela própria dinâmica das relações sociais, ocasiona o surgimento da profissão. Nesse sentido,

[...], a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela *mesma atividade*, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO, 2011, p.81, grifo do autor).

É a partir dessa concepção que podemos compreender como se dá a complexidade em que se insere a profissão, visto que o próprio movimento das relações sociais depende do pêndulo realizado por meio das relações entre classes. Somente desta forma é possível a realização do exercício profissional em Serviço Social. E, ainda assim, é de suma importância destacar que os aspectos que permeiam a atuação profissional podem estar pautados em ações vinculadas aos interesses dos Trabalhadores, ainda que a atuação profissional esteja propícia a ser aliciada aos interesses da “posição dominante” (IAMAMOTO, 2011, p.81).

Nessa direção, IAMAMOTO e CARVALHO (2011) nos apresenta, durante o desenvolvimento de sua obra, os aspectos gerais introdutórios sobre como se dá a dinâmica das relações sociais, evidenciando a intrínseca relação da profissão e seus vínculos com as mediações criadas pelas classes dominantes, como os serviços

sociais e a política social, além de destacar a importância do conhecimento da totalidade que perfaz os sujeitos em contato com a prática profissional.

Nos dizeres da autora,

[...] parte-se do pressuposto de que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária. [...]. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais derivadas da prática histórica das classes sociais engendradas nesse processo determinam novas *necessidades sociais* e *novos impasses* que passam a exigir *profissionais especialmente qualificados* para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2011, p.83, grifo do autor).

De acordo com as premissas apresentadas anteriormente podemos destacar, conforme apresentado por IAMAMOTO e CARVALHO (2011), que a partir do momento em que o Serviço Social é requisitado enquanto profissão, em face às determinações expressas na sociedade capitalista, temos então uma justificação da necessidade de um “profissional especializado” (2011, p.83) em processos sociais que culminam na “chamada “questão social”³” (2011, p.83).

Desta forma, a autora nos chama a atenção sobre como se dá os traços latentes da Questão Social relacionada às crises ocasionadas pela disputa da hegemonia social.

Assim, à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua conseqüente potenciação, modificam-se as formas e o grau de exploração da força de trabalho. Modifica-se, concomitantemente, o posicionamento das diversas frações da classe dominante e suas formas de agir perante a questão social, no que entram em cena os interesses econômicos específicos desses grupos e a luta pelo poder existente no seu interior. As respostas à questão social sofrem alterações

³ A autora elucida a compreensão sobre a definição de Questão Social por meio de que: “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade [...] (IAMAMOTO, 2011, p.83-84)”.

Além disso, Iamamoto destaca que “[...] a evolução da questão social apresenta duas faces, indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, em face das mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes apoiadas no e pelo poder do Estado” (2011, p.85).

mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise de hegemonia no bloco do poder (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.85).

IAMAMOTO e CARVALHO(2011) defende, conforme relato supracitado, que a realidade da dinâmica das relações sociais está condicionada ao campo da *contradição*⁴. É nessa condição social que o Serviço Social é demandado enquanto profissão na divisão social do trabalho, pois à medida que o processo de exploração do trabalho se torna cada vez mais intenso, temos, portanto, como consequência a manifestação da necessidade emergente de mediação do Estado, que por vezes, faz uso do aparato público para realizar ações de cunho controlador e repressivo no intuito de assegurar os interesses da classe dominante.

Posto isso, IAMAMOTO nos chama atenção ao que tange as atribuições do Estado visto que “[...] O Estado vê-se obrigado, pelo poder de pressão das classes subalternas⁵, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe capitalista como um todo, dentro de um “pacto de dominação”” (2011, p.88).

O Serviço Social possui em suas origens uma íntima relação com os princípios tradicionais da Igreja e, desta forma, as iniciativas de intervenção da categoria profissional se apresentavam com um cunho assistencialista, de caridade, com viés missionário, realizando, assim, um atendimento focalizado a uma parcela da sociedade que se encontrava em condições subalternas. Conforme o crescimento das desigualdades sociais, econômicas e políticas na sociedade capitalista – em face à relação de produção social no campo da contradição –, evidenciam-se do surgimento de novas necessidades sociais, o que resulta na requisição de novos profissionais qualificados. Desta forma, o Estado e o aparato privado se torna o campo contratante da força de trabalho profissional do Assistente Social para realizar a função de agente executor de políticas sociais.

⁴ Refiro me aqui, a contradição entre Capital X Trabalho.

⁵ Referência ao pensamento de Gramsci, em que subalternidade se refere ao campo da necessidade, em que os sujeitos vivem em condições de dominação e exploração – no Serviço Social essas condições são referenciadas ao Modo de Produção Capitalista –, sendo excluídos do usufruto das riquezas socialmente produzidas já que vivem permeados pela necessidade, uma vez que não conseguem garantir a sobrevivência de si e de sua família enquanto trabalhadores ou desempregados.

O Estado passa a ser, num certo lapso de tempo, uma das molas propulsoras e incentivadoras desse tipo de qualificação técnica, ampliando seu campo de trabalho, conforme estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para o enfrentamento da questão social, consolidadas em medidas de política social. O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. [...]. O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda, que na maioria das vezes não é dele. A demanda dos serviços profissionais tem, pois, um nítido caráter de classe, o que fornece, por sua proximidade estreita com o Estado, um certo caráter “oficial” ao mandato recebido (IAMAMOTO, 2011, p.90).

Além disso, é importante frisar que o exercício profissional em Serviço Social não é uma atividade produtiva, ou seja, a categoria profissional apesar de não estar inscrita no processo de produção de mercadorias ela se encontra inserida nas relações de produção social, de forma ampliada. Iamamoto nos relata que

Em caráter preliminar, poder-se-ia afirmar que o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor. Embora não ocupe uma posição na produção *stricto sensu*, como o que ocorre com outras profissões de caráter técnico, isto não significa seu alijamento da produção social em sentido amplo. Ora, o alvo predominantemente do exercício profissional é o trabalhador e sua família, elemento mais vital e significativo do processo de produção. É dele ou, mais precisamente, de sua força de trabalho em ação, que depende não apenas a transferência do valor contido nos meios de produção ao produto, mas a criação de novos valores, os quais são realizados por intermédio da venda das mercadorias (IAMAMOTO, 2011, p.92, grifo do autor).

Dado tal afirmação, é possível perceber como o Serviço Social é apresentado nas relações produtivas. Nesse sentido, podemos assinalar que é nesta ordem societária – me refiro aqui a Ordem Capitalista – que o Assistente Social é requisitado enquanto profissional pelo qual o mesmo possui atribuições técnicas especializadas para que seja mantida as “condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho” (IAMAMOTO, 2011, p.93).

IAMAMOTO (2011) nos apresenta, ainda, que pelo fato de o Serviço Social apresentar a linguagem como uma de suas técnicas e instrumentos de exercício profissional esta profissão possibilita o desenvolvimento da consciência social dos

sujeitos. Desta forma, podemos então compreender que o Assistente Social pode ser considerado, também, um agente intelectual⁶. Uma vez que o profissional, mediante a sua ação profissional de cunho informativo e orientativo, possibilita aos seus usuários a reflexão de sua realidade e condição social juntamente a todos os componentes sociais introduzidos em seus cotidianos, o Assistente Social pode estimular, assim, um processo reflexivo nestes sujeitos sobre a conjuntura que impacta diretamente suas realidades sociais e, desta forma, poderá, então, propiciar “condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado” (IAMAMOTO, 2011, p.94).

Posto isto, IAMAMOTO (2011) salienta em sua obra as particularidades da trajetória do Serviço Social no Brasil e evidencia como foi desenvolvido a expansão da profissão em Serviço Social no país e de como tal expansão encontra-se interligada aos preceitos que compõem o conceito de cidadania na sociedade capitalista. A autora argumenta que essa noção de cidadania acaba por ocultar a desigualdade social pela qual a Classe Trabalhadora enfrenta, ainda que inserida enquanto sociedade civil, quando demanda o acesso aos serviços sociais mesmo que seja detentora do direito civil de igualdade.

Contudo suas relações sociais de produção expressam a exploração e uma relação de poder, em comparação àqueles que compram a força de trabalho, extremamente desigual. Desse modo, a responsabilização do Estado ganha espaço na seguridade social justamente por causa da desigualdade social expressa nas relações de produção social e do próprio antagonismo entre classes. Conforme os direitos sociais também perpassam a instrumentalidade do Serviço Social, IAMAMOTO (2011) nos aponta que o exercício profissional do Assistente Social acaba por incidir no atendimento àqueles cidadãos que de alguma forma constituem a

⁶ Iamamoto destaca que “[...]. Para caracterizá-lo, busca-se suporte em Gramsci, para quem essa categoria não constitui um grupo autônomo e independente das classes fundamentais; ao contrário, tem o papel de dar-lhes homogeneidade e consciência de sua função, isto é, de contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade. Trata-se do “organizador, dirigente e técnico” que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado. Posto que expressa uma identidade pela consciência e pela prática com essas classes, são orgânicos, organicidade que é tanto maior quanto mais íntima a conexão com uma classe fundamental (burguesia ou proletariado)” (IAMAMOTO, 2011, p.94). Nesse sentido, o agente intelectual possibilita uma intervenção na realidade social de forma substancial.

parcela da sociedade civil cujo o padrão de vivência na sociedade difere bastante da conceituação de igualdade pregada pela Ordem Capitalista.

Em outros termos, a noção de cidadania e da igualdade que lhe acompanha, de igual participação de todos os indivíduos na sociedade, tem como contrapartida as classes sociais em confronto, que convivem numa relação desigual, tanto econômica quanto política. Uma condição de existência da outra, embora se neguem mutuamente: a igualdade e a desigualdade, a cidadania e as classes sociais, como polos da mesma moeda. E os *“direitos sociais” têm por justificativa a cidadania, embora seu fundamento seja a desigualdade de classes* (IAMAMOTO, 2011, p.98, grifo do autor).

Mas, por outro lado,

Os diversos serviços sociais previstos em políticas sociais específicas são a expressão de conquista da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, que são consubstanciadas e ratificadas através da legislação social e trabalhista. A generalização dos serviços sociais expressa, portanto, vitórias da classe operária na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa, mais do que a manifestação de um possível espírito solidário e humanitário de um caricato Estado de Bem-estar Social (IAMAMOTO, 2011, p.99).

Após essa breve reflexão sobre a expansão dos serviços sociais, podemos perceber, de acordo com IAMAMOTO (2011), que tal movimento se dá em conjunto com o acirramento das contradições sociais entre as Classes na sociedade, visto que conforme aumenta a relação de desigualdade entre as classes aumenta, também, a luta por direitos sociais que garantam o mínimo de cidadania sob o aspecto de serviços sociais relacionados à Seguridade Social.

Tal perspectiva nos mostra, também, como esses serviços sociais se apresentam com a aparência de benefício concedido, mas IAMAMOTO (2011) sublinha que estes serviços compõem o produto da riqueza socialmente produzida cuja sua apropriação é realizada pela Ordem Dominante na sociedade capitalista.

Além disso, os serviços apresentados em forma de política social são fruto da “conquista da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida; [...]” (IAMAMOTO, 2011, p.99), não podendo ser assim incorporados como benefícios concedidos e sim direitos conquistados.

Partindo deste aspecto, Iamamoto evidencia em sua tese que a institucionalização dos serviços sociais, em seu viés assistencialista, nos apresenta um cenário de

[...] ampliação e intensificação das tensões sociais que acompanham o desenvolvimento social e a necessidade de mobilizar recursos no sentido de atenuá-las ou preveni-las, controlando-as segundo parâmetros de racionalidade e eficiência. De outro lado, expressa, também, o reconhecimento oficial das diferenças sociais crescentes e da situação de pobreza de parcelas expressivas da população. Paradoxalmente, porém, as medidas mobilizadas pelo Estado não são suficientes para alterar substancialmente as situações diagnosticadas à proporção que lhe cabe preservar os pilares da organização vigente da sociedade. Porém, as medidas acionadas são eficazes para um outro objetivo: o contorno político dos “problemas sociais”, abafando, momentaneamente, as tensões e estabelecendo ou fortalecendo vínculos de dependência da população carente para com o Estado através das instituições de cunho assistencial ou previdenciário. Na busca de contornar a desigualdade econômica, reforçando a “sensação” de uma participação mais efetiva do cidadão no poder e nos “benefícios” sociais, o que se obtém como resultado é a reprodução da desigualdade social e do poder segmentado de uma base legitimamente popular (IAMAMOTO, 2011, p. 119-120, grifo nosso).

Analisando por essa perspectiva, IAMAMOTO (2011) nos mostra, também, que o Estado e a burguesia se unem com a finalidade do uso de elementos estratégicos para obter o controle⁷ societário, sendo que tais elementos são utilizados ao passo que surge uma efervescência de manifestações da Classe Trabalhadora e desta forma, a resposta para tais resistências se dá por meio de manobras de cunho político consensual no intuito de manter as relações de produção preservadas na condição de exploração dos Trabalhadores.

[...] ao defrontar-se com o processo de organização da classe operária, o Estado e as classes patronais incorporam e encampam como suas uma série de reivindicações da classe trabalhadora em sua luta de resistência face ao capital e de afirmação de seu papel como classe na sociedade, defesa de salários reais, direitos à educação, saúde, cultura etc. Tais reivindicações, ao serem absorvidas pelo Estado e pela classe patronal, através de suas organizações privadas, passam a ser devolvidas aos trabalhadores sob forma

⁷ “Este suporte simbólico e a agilização dos mecanismos de controle do trabalhador têm como pano de fundo a própria organização da produção, típica da grande indústria capitalista. Os novos métodos de organização da produção e do trabalho são indissociáveis de um modo de viver, de pensar e sentir a vida, sendo que a obtenção de resultados efetivos, em um campo, está intimamente associada ao êxito no outro. A automatização do trabalho, coordenado e gerido pelos representantes do capital; a incorporação dos avanços científicos à produção, como meio de potenciar o trabalho, coordenado e gerido pelos representantes do capital; a incorporação dos avanços científicos à produção, como meio de potenciar o trabalho, ampliando o tempo de trabalho não pago do trabalhador, apropriado pela classe capitalista; a desqualificação progressiva do trabalho, reduzindo o trabalhador a mero vigilante de um conjunto de máquinas etc. – todos esses fatores implicam mecanismos eficientes disciplinantes e de vigilância dos agentes de produção” (IAMAMOTO, 2011, p.127).

de benefícios indiretos, organizados e centralizados em instituições assistenciais e, agora, outorgados mediante uma estrutura burocratizada, sob o controle do Estado (IAMAMOTO, 2011, p.99-100, grifo do autor).

Após refletir sobre os significados dos serviços sociais, IAMAMOTO (2011) nos aponta o caminho analisado por ela sobre a discussão da reprodução das relações sociais e a atuação do Serviço Social. Com isso, IAMAMOTO (2011) acentua a importância das relações sociais, pois tais relações sociais comportam toda a totalidade do modo de vida dos sujeitos em sociedade, fundamenta a organização dessa sociedade e, principalmente, indica as condições concretas para a manutenção da força de trabalho. É através dessas representações na sociedade capitalista que o Serviço Social pondera a sua atuação profissional.

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora*. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2011, p.101, grifo do autor).

IAMAMOTO (2011) nos acentua, ainda, que o Assistente Social realiza sua ação em condições de polarização dos interesses expressos nas Classes Sociais, permeada pela luta em torno da hegemonia social, o que nos evidencia a interação do exercício profissional tanto aos processos macroscópicos da sociedade capitalista, como também alude acerca da posição dos assistentes sociais diante das possibilidades organizativas que disputam a continuidade da produção/reprodução social.

Diante da complexidade desse processo, podemos assim enfatizar que a atuação profissional em Serviço Social se encontra inserida na disputa pela hegemonia do poder social, sendo a execução de seu trabalho interligada às respostas dos interesses da elite pelo qual a dominação social se baseia no controle e apropriação da riqueza socialmente produzida e, também, dos interesses da Classe Trabalhadora cujas reivindicações perpassam a própria sobrevivência desses

sujeitos subordinados à condições de extrema desigualdade social (IAMAMOTO, 2011).

Partindo da análise que os interesses da Classe Trabalhadora se expressam através do surgimento e expansão dos movimentos sociais como forma organizativa da classe, IAMAMOTO (2011) nos evidencia em sua obra que o comportamento da elite burguesa acerca das ameaças à Ordem Hegemônica tem como resposta aos movimentos sociais a cooptação de tais demandas juntos aos aparatos políticos institucionalizados pelo Estado, para que, desta forma, seja cessado os conflitos sociais por meio das respostas às demandas reivindicadas, mas tais soluções sempre expressam o caráter de controle social ainda que estas possuam o discurso de concessão de direitos sociais.

Os movimentos sociais autônomos constituem a forma politicamente legítima de organização e mobilização dos trabalhadores, como meio de expressão e enfrentamento coletivo de suas necessidades e interesses de classe no cenário político; outra forma de enfrentamento dessas necessidades de sobrevivência é a busca de acesso aos recursos sociais existente, por meio dos equipamentos coletivos, instituídos e mantidos pelo poder vigente, como meio de fazer face aos direitos já conquistados pela classe trabalhadora, na sua luta de resistência ao capital. Porém, ao serem tais respostas mediatizadas por organismos institucionais com um nítido caráter de classe, as “soluções” propostas para as necessidades de sobrevivência dessa população passam a ser subordinadas aos objetivos político-econômicos dos setores sociais que controlam tais entidades. As condições de vida dos trabalhadores passam a constituir-se em meio de implementação de uma estratégia política, do exercício do poder de classe, e os agentes profissionais tendem a se tornarem agentes mediadores dos interesses desse poder sobre a população, dentro dos requisitos estabelecidos pelo “pacto de dominação” (IAMAMOTO, 2011, p.102).

Nesse sentido, de acordo com a anotação supracitada, podemos dar ênfase que a atuação do Assistente Social se encontra integrada aos processos de “caráter político” (IAMAMOTO, 2011, p. 103) acerca da relação Capital e Trabalho, pelo qual demandam do Assistente Social a atuação enquanto mediador na correlação de forças, que possui em sua finalidade a disputa pela hegemonia social. Desta forma, o exercício profissional tende a pendular sob tais perspectivas, podendo impulsionar a legitimação tanto do polo do Capital quanto do polo do Trabalho. A partir de tais premissas a autora afirma que “[...]. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática

profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, [...]” (IAMAMOTO, 2011, p.103).

Além disso, IAMAMOTO (2011) salienta que o exercício profissional do Assistente Social ultrapassa o aliciamento realizado pela Ordem Dominante, podendo desta forma fortalecer o segmento das lutas dos Trabalhadores conforme nos mostra a trajetória crítica do significado social dessa profissão.

Considerando que o Serviço Social, no processo de reprodução das relações sociais, não se situa unilateralmente como um mecanismo de apoio ao capital, podendo tornar-se um instrumento a serviço dos trabalhadores, cabe, no entanto, apreender, na história dessa instituição na sociedade brasileira, qual tem sido sua tônica predominante. No estabelecimento dessa tendência dominante, intervêm vários fatores, além das determinações estruturais que estabelecem os limites dentro dos quais a profissão pode mover-se. Entre eles caberia reafirmar: o jogo das forças sociais que reflete a articulação das classes e de suas frações na luta pelo poder e pela hegemonia, conformando os vários momentos conjunturais e as respostas dadas pela categoria profissional aos novos desafios que são apresentados, nos diferentes momentos históricos (IAMAMOTO, 2011, p. 103).

Desse modo, podemos dizer que as atividades dos Assistentes Sociais são apoiadas nas condições da reprodução social e na consolidação desta ao que tange os quesitos mínimos para a manutenção e continuidade da ordem vigente. Tais apontamentos nos levam a refletir sobre o papel dos serviços sociais e a profissão em Serviço Social, visto que a prestação dos serviços sociais é condicionada através da estratégia política do controle social – cujo tal mecanismo é utilizado para a regulação das relações sociais – e o Serviço Social é requisitado, enquanto agente profissional, para atuar na implementação/execução de tais serviços sociais.

Mas para entender a importância dos serviços sociais no movimento que concretiza as relações sociais, IAMAMOTO (2011) nos apresenta em sua obra a relevância da reprodução da força de trabalho para a existência dos serviços sociais. Para ratificar os serviços sociais como aparato político institucionalizado, teve-se antes uma efervescência dos movimentos sociais da Classe Trabalhadora em que tais organizações impactavam a relação produtiva da sociedade. Tal fato nos mostra o poder que a força de trabalho possui no processo acumulativo e com isso, podemos perceber como a relação salário e acumulação faz parte do conjunto das relações

produtivas e de como tal dado, sem dúvida, evidencia a importância dos serviços sociais.

Embora, à primeira vista, o salário e acumulação sejam magnitudes interdependentes uma da outra, trata-se na realidade da relação entre trabalho retribuído e não pago da *mesma* população trabalhadora. O salário supõe sempre a entrega de trabalho excedente aos proprietários do capital, trabalho este que é a substância mesma do processo de acumulação. Assim, é que a elevação do “preço do trabalho” não elimina a exploração, podendo, no entanto, reduzir seu grau ao aumentar a parcela de trabalho pago apropriado pelo trabalhador. Porém, o que determina os movimentos de alta e baixa dos salários é o ritmo da acumulação (IAMAMOTO, 2011, p.106, grifo do autor).

Nesse sentido,

Se a política salarial é o elemento determinante do nível de vida da classe trabalhadora na sociedade capitalista, é, portanto, o elemento mais fundamental de qualquer política social. Porém, no discurso do capital e Estado, a política salarial é abstraída e segmentada do conteúdo das chamadas políticas sociais. O que se encontra subjacente a essa fragmentação é a preservação do “direito natural” dos detentores dos meios de produção de garantirem suas taxas de lucratividades e de exploração do trabalho, seja diretamente, seja por intermédio de seus porta-vozes ao nível de Estado, fixando eles próprios os níveis salariais e regulando as relações de trabalho. Assim, as políticas sociais e os serviços delas derivados são relegados a dimensões particulares e particularizadas da situação da vida dos trabalhadores: saúde, habitação, educação, alimentação etc., subordinadas às estratégias político-econômicas que sustentam o processo de reprodução ampliada do capital (IAMAMOTO, 2011, p.108).

Desta forma, apoiados na tese exposta por IAMAMOTO (2011), fica claro como se dá a relação salário e acumulação dentro dos preceitos que regem as relações de produção na sociedade, o que nos permite compreender como essa relação fundamenta as determinações dos serviços sociais. Logo, podemos concluir que tais apontamentos constituem a estruturação das políticas sociais, pois “os serviços sociais tornam-se, portanto, um meio de reduzir os custos de reprodução do trabalho” (IAMAMOTO, 2011, p.108).

Ao que se diz respeito às políticas sociais, podemos nos apoiar nos dizeres de lamamoto acerca da reflexão sobre como as políticas sociais são intrinsecamente vinculadas à objetivação do controle social. Neste sentido, podemos dizer que

[...]. Uma vez que não existe sociedade baseada na pura violência, é necessário recorrer à mobilização de outros mecanismos normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas. A burguesia tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe por excelência, o aparato privilegiado no exercício do controle social, embora aí não se esgote, abarcando as instituições da sociedade civil (IAMAMOTO, 2011, p. 115).

A partir disso, a autora salienta como ocorrem as ações institucionalizadas pelo aparato do Estado para com a objetivação do controle social. Ademais, IAMAMOTO (2011) nos evidencia, ao decorrer do desenvolvimento de sua tese, como o papel do Estado extrapola as condições objetivas do controle social, pois o Estado também possui o caráter de legitimador da ideologia social, da alienação da consciência social do Trabalhadores sendo tais medidas realizadas através dos “agentes sociais” (IAMAMOTO, 2011, p.116) pelos quais a profissão em Serviço Social encontra-se inserida – devido ao seu campo de atuação profissional – com o seu exercício profissional alinhado à finalidade estratégica de “legitimação da estrutura social” (IAMAMOTO, 2011, p. 116-117).

Nesse sentido, a consciência social se faz importante como medida de controle, pois “a produção da consciência tem seu fundamento na prática da vida social tal como ela se configura, historicamente. Expressa a maneira como a dinâmica social vem sendo apreendida pelos diversos agentes sociais, em dados momentos histórico” (IAMAMOTO, 2011, p.117).

Posto isto, partimos da análise da profissão em Serviço Social sob sua inserção no processo reprodutivo⁸ das relações sociais. De acordo com IAMAMOTO (2011), o Serviço Social emerge, dentro dessa dinâmica de relações sociais, como um instrumento de suporte na sustentação das políticas sociais pelas quais se organizam

⁸ Refiro-me aqui aos preceitos identificados por IAMAMOTO (2011) ao decorrer de sua obra, em que a autora enfatiza como se dá tal produção de reprodução das relações sociais. Nos dizeres da autora: “Conforme já foi acentuado, a produção e reprodução da riqueza, é um processo eminentemente social, visto que se realiza através de relações sociais que são engendradas e recriadas no interior do amplo processo da produção social. O capital, demiurgo da economia moderna, é antes de tudo uma relação social que supõe, como parte de si mesmo e como seu antagônico, o trabalho assalariado. E a acumulação do capital, apreendida em seu constante renovar-se, é um processo de reprodução ampliada não só do valor, mas das relações de classes em que se situam os agentes sociais fundamentais desse processo: o capitalista e o trabalhador assalariado, apreendidos não apenas individualmente, mas enquanto personificam categorias econômicas que determinam sua posição no processo produtivo” (IAMAMOTO, 2011, p.113).

o controle social, este, executado mediante as proposições da dominação social incitada pelo Estado e o Capital.

O exercício profissional do Assistente Social, conforme o já apontado, não se insere, de modo imediato, no processo de produção de produtos e de valor, isto é, no processo de valorização do capital. A profissão se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, como partícipe da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes que controlam ou têm acesso ao aparato estatal. Na operacionalização de medidas instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente. Entre essas tecnologias encontra-se o Serviço Social (IAMAMOTO, 2011, p.119).

Portanto através de tais concepções, podemos compreender as particularidades que perpassaram o processo histórico de legitimação da profissão no Brasil. Não devemos deixar de ressaltar que a ação desse profissional é acompanhada da conjuntura política, econômica e social em que a sociedade – e especificamente a parcela da população atendida por esse agente social – expressa.

Nesse sentido, vale destacar que a íntima relação do Serviço Social para com o subsídio dos serviços sociais dá-se devido ao campo da atuação do Assistente Social enquanto profissional legitimado por meio da divisão social e técnica do trabalho. Apesar da relação do Serviço Social estar conectada tradicionalmente aos preceitos de controle social administrado pelo Capital, podemos assinalar que o Assistente Social não atende unilateralmente a uma parcela da sociedade – sendo tal afirmativa respaldada no Código de Ética Profissional datado em 1993 –, pois o profissional executa suas atividades para além dos preceitos emergenciais que normatizam a reprodução social e tem como perspectiva hegemônica na profissão a ação do exercício profissional em conformidade com o comprometimento dos interesses da Classe Trabalhadora.

Partindo de tais considerações, nos apoiamos para analisar o significado social da profissão em Serviço Social e a objetivação deste significado na sociedade capitalista, através dos preceitos elaborados por IAMMOTO (2011). Desta forma, aprofundaremos a seguir acerca da consolidação desta profissão na sociedade

capitalista, realizando um resgate teórico através das considerações explicitadas por ORTIZ (2010) ao que tange a imagem e autoimagem do Serviço Social desde os princípios da concretização do exercício profissional na sociedade capitalista – conforme salientado por Iamamoto – a contar as considerações identificadas ao que compete tal imagem e autoimagem na percepção dos Assistente Sociais na contemporaneidade, evidenciando, desta forma, a apropriação do significado social da profissão na imagem e autoimagem do Serviço Social na contemporaneidade.

2.2 Construção do Significado Social da profissão – alterações na imagem e autoimagem na trajetória brasileira

O segundo movimento da pesquisa fundamenta-se na produção de Fátima Grave Ortiz. Em sua obra, ORTIZ (2010) realiza uma análise sócio-histórica sobre o surgimento do Serviço Social em tempos de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, realizando indagações acerca da trajetória profissional do Assistente Social através da inserção deste profissional nas relações sociais e as determinações conjunturais da sociedade capitalista.

Tal objeto de estudo possui extrema relevância, pois envolve o processo organizativo da profissão no Brasil e é tema essencial para estudos na formação acadêmica em Serviço Social bem como nas reflexões ao que remete a objetivação do significado social da profissão juntamente com a análise da imagem e autoimagem do Serviço Social na cena contemporânea. Em seus dizeres, ORTIZ aponta que

[...] a constituição de uma determinada imagem social para os assistentes sociais está intimamente relacionada ao projeto societário burguês, o qual lhe assegura um determinado espaço na divisão social e técnica do trabalho, que por sua vez conecta-se às particularidades da trajetória do trabalho, [...] (2010, p.22).

Realizando o aprofundamento teórico sobre os desdobramentos evidenciados no desenvolvimento textual de ORTIZ (2010), é importante destacar como se dá a organização do debate proposto e, com isso, podemos identificá-lo da seguinte maneira: inicialmente, fora realizada uma pesquisa da caracterização do modo de

produção capitalista vigente no final do século XIX e seu desenvolvimento no século XX para que, em uma sistematização temporal, fosse possível contemplar os traços da imagem e autoimagem do Serviço Social frente às “representações sociais” (ORTIZ, 2010, p.23) que permeiam a atuação profissional naquele período. Em segundo, a autora assinala o capitalismo monopólico inserido no Brasil de forma periférica, o que nos mostra um cenário político bastante frágil no país, em que a reprodução e a relação com os trabalhadores expressavam a agressiva da ordem do Capital.

Dando continuidade ao problema especulado acima, ORTIZ (2010) nos chama a atenção através do terceiro ponto, para uma análise acerca das relações particulares advindas da consolidação do capitalismo monopólico no Brasil, além de seu movimento ao “tratamento das expressões da “Questão Social”” (2010, p.23). Esse processo de consolidação do modelo econômico pode ser entendido, de acordo com os apontamentos realizados por ORTIZ (2010), através de uma necessidade da manutenção e desenvolvimento dos países centrais, pelo qual consistia na necessidade de dependência do Brasil ao Capital externo.

Portanto, a transição gradual do modelo agroexportador para o capitalismo monopólico só foi possível de ser concretizada em face do “esforço expansionista dos Estados Unidos no segundo pós-guerra, com o objetivo de manter e aprimorar a hegemonia econômica, política e cultural sobre os demais países” (ORTIZ, 2010, p.65). Tal esforço é justificado porque:

[...] o capitalismo é constantemente golpeado por pelo menos três elementos centrais: suas crises cíclicas, [...], cada vez de maior duração e profundidade; o avanço político-organizativo da classe trabalhadora, que portadora de consciência de classe já vislumbrava, não apenas melhores condições de vida e de trabalho, mas a superação da ordem burguesa em si; e o crescimento desenfreado da miséria, ainda que a pobreza fosse vista pela burguesia e seus aliados como necessária [e natural] para o desenvolvimento da ordem burguesa. (ORTIZ, 2010, p.100).

Essa necessidade de estímulo desenvolvimentista para com os países periféricos pode ser entendida pelo próprio movimento cíclico do Capital, em que Ortiz pondera de forma esclarecedora acima. Tal movimento depende de um Estado sólido, capaz de regular e coibir qualquer ameaça à Ordem do Capital, com isso,

ORTIZ nos aponta que “[...], caberia ao Estado eliminar ou coibir os excessos do capitalismo de um lado; e de outro, criar programas voltados para a integração e a harmonia das classes” (2010, p.102).

Por fim, o quarto movimento de pesquisa da autora é delimitado ao trabalho do Assistente Social, em que é proposta uma investigação sobre o “conjunto de requisições, posturas e representações e autorrepresentações” (ORTIZ, 2010, p.23) do profissional em questão, sendo tais apontamentos a base integrante do argumento da autora. Compreender como ocorrem essas representações bem como a repercussão sobre a atuação profissional nos convoca a pensar sobre a dimensão de debate acerca do trabalho e os rebatimentos que resultam na construção da imagem e autoimagem profissional.

Para compreender o movimento teórico que compõe a imagem e autoimagem profissional bem como o significado social do Serviço Social nos dias atuais, podemos afirmar, certamente, que nas últimas décadas o Brasil sofreu com grandes impactos a respeito das “metamorfoses do mundo do trabalho⁹” (ORTIZ, 2010, p.193), no qual estas foram reordenadas com estratégias advindas de um projeto político neodesenvolvimentista. Logo, é importante destacar como o trabalho e o exercício profissional do Assistente Social também são modificados, haja vista que sua inserção na sociedade advém da divisão social e técnica do trabalho (ORTIZ, 2010).

Por sua vez, para compreender como se dá o significado social da profissão em Serviço Social primeiramente é imprescindível reconhecer a trajetória do exercício profissional, os entraves que repercutiram na construção do atual Projeto Ético-Político Profissional e de como se dá a atuação do Serviço Social na polarização dos interesses entre classes.

De um modo geral o caminho percorrido pelo Serviço Social no Brasil, enquanto profissão liberal e regulamentada por lei, foi realizado por meio de transformações da própria imagem e autoimagem profissional representadas desde o século XX, sendo reconhecida no meio acadêmico e percebida na cotidianidade da profissão

⁹ De acordo com a autora, [“ [...] , o capitalismo tem a capacidade de alterar o conteúdo e a forma de seus fundamentos, sem eximi-los. Por exemplo, o capitalismo fundamenta-se na exploração que não deixa de existir, pois caso contrário colocaria em xeque a própria ordem burguesa. Contudo, ao longo da história a exploração do Capital sobre o trabalho sofre metamorfoses internas e externas, tornando-se ao mesmo tempo mais intensa e mais sutil. ”] (ORTIZ, 2010, p.25).

contemporânea. Vale ressaltar que a configuração dessa imagem é constituída por duas concepções que são fundamentalmente relacionadas e interdependentes. ORTIZ (2010) assinala que

[...] as representações sociais acerca do Serviço Social constituem-se a partir de *dois processos que se autoimplicam*: um mais amplo, que diz respeito à própria maneira como os aspectos universais presentes na constituição sócio-histórica brasileira – tornando-a dessa forma particular –, enfiaram o Serviço Social, gerando as condições objetivas e subjetivas para a criação de uma imagem socialmente consolidada; e o outro, de caráter endógeno à profissão, que se refere à forma como os assistentes sociais concebem a si próprios e ao Serviço Social, a partir do mesmo conjunto de determinações da realidade sob a ótica burguesa (ORTIZ, 2010, p. 23-24, grifo do autor).

Partindo das considerações ressaltadas acima, é possível compreender o pensamento crítico pelo qual a autora faz alusão ao movimento reflexivo dos traços tradicionais e de renovação encontrados no Serviço Social, apontando que a dinâmica do trabalho em Serviço Social depende de um leque de condições estruturais que são entrelaçadas na sociedade. Vale destacar, também, como essas condições objetivas e subjetivas transformam o “exercício profissional” (ORTIZ, 2010, p.134) do Assistente Social.

Ao passo que a responsabilização do Estado na reprodução política e ideológica dos trabalhadores resultou numa necessidade de constituir uma abordagem que envolvesse a operacionalização socioassistencial, é interessante pensar como então o Serviço Social desempenhou neste primeiro momento uma atuação voltada para a manutenção desta ordem. ORTIZ destaca que,

Assim, o Serviço Social consistiu em mais uma das profissões cuja inserção na divisão social e técnica de trabalho deram-se a partir de sua vinculação orgânica com as prerrogativas e princípios desse projeto. Na verdade, foram as formas de tratamento das expressões da “questão social”, empreendidas a partir dos pilares desse projeto, que geraram as condições objetivas para a emergência e institucionalização da profissão, que por sua vez estabeleceu e apresentou suas respostas socioprofissionais também balizadas por ele (2010. p.88).

Uma vez que a profissão em Serviço Social teve a sua vinculação ao projeto “de cunho reformista-conservador” (ORTIZ, 2010, p.88) representado hegemonicamente pelo aparato Estatal aglutinado com a Ordem Burguesa na década de 40, temos aqui o ponta pé da requisição do profissional para a realização de mediações frente às demandas sociais e consequentemente o surgimento dos traços latentes – neste contexto histórico a resposta profissional do Assistente Social remetia à uma atuação imediatista de ajustamento comportamental do usuário – pelos quais constituirão os moldes do perfil do Assistente Social, inserido “[...] em um determinado momento da história do capitalismo para responder às requisições relativas à reprodução da sociedade capitalista face às expressões da “questão social”” (ORTIZ, 2010, p.126).

É importante termos clareza como as transformações a respeito da atuação e exercício profissional em Serviço Social se deram na sociedade brasileira no século XX. Ademais, é fundamental ter a compreensão sobre como as políticas públicas estavam implementadas no Brasil no período supracitado. Eram políticas que compunham um conjunto de programas no enfoque da organização social, sendo o Estado responsável pela execução das mesmas. Com isso, a categoria profissional perpassou por diversas perspectivas da sociedade, uma vez que a ação profissional – num primeiro momento – partia das ações demandadas pelo Estado, sendo estas atividades contributivas para o processo de aprofundamento crítico sobre as representações do Serviço Social.

Com o acúmulo político e teórico agregados desde a década de 80 e 90, o processo identitário pertinente ao desenvolvimento do significado da profissão perpassou os aspectos sobre: o Serviço Social Tradicional, comumente reconhecido como o profissional da ajuda, assistencialista e generalista; o Serviço Social no processo de Reconceituação¹⁰ – que fora “[...] um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da

¹⁰ ORTIZ(2010) destaca que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil “fundou-se no caldo sociocultural da crise do Serviço Social “tradicional” e, por conseguinte, na Renovação do Serviço Social” (2010, p.161).

“[...], a Reconceituação questionava o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficiência e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]” (ORTIZ, 2010, p.162).

ordem capitalista em sua fase monopólica” (ORTIZ,2010, p.162) – , no qual a imagem e autoimagem da profissão perpassou os conflitos da intenção de Ruptura¹¹ – através de aspectos relacionados ao ecletismo – e posteriormente, avançou com a ação do trabalho profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais¹², legitimando a aliança com a classe trabalhadora. ORTIZ salienta que:

Em síntese, observa-se que o processo brasileiro de transição democrática dos anos 80 oxigenou o Serviço Social, favorecendo, de um lado, a superação dos equívocos e controvérsias da Reconceituação; de outro, consolidando uma nova concepção de profissão [na qual as ações das entidades são evidentes]; vinculada à ruptura com o Serviço Social Tradicional. [...] (2010, p.192).

Nesse sentido, as passagens supracitadas assimilam brevemente o movimento histórico da profissão. Em caráter de aprofundamento teórico, se faz necessário esmiuçar a construção objetiva do Serviço Social no Brasil.

A partir dessas premissas, no sentido de destacar a identificação da imagem e autoimagem do serviço social, é importante elucidar, também, como se apresentava o cenário frágil no âmbito político e social pelo qual o Brasil atravessava nos anos 80 e 90. De acordo com ORTIZ (2010), o país enfrentava um elevado índice de desemprego, estava lidando com o desmantelamento da estabilidade trabalhista, além da fragmentação e focalização aguçada das políticas públicas que, somado aos itens supracitados, indicavam mais um movimento de crise cíclica do Capital.

Desta forma, a proposta do projeto societário afirmada pela categoria – mediante ao contraste de desigualdade exposto na conjuntura analisada –, contribuiu

¹¹ Ortiz (2010, p.127) afirma que “[...] A ruptura está no fato de que tais agentess serão requisitados por um conjunto de instituições, que por sua estão premidas por uma estrutura social que necessita tomar a reprodução daqueles que não dispõem de meios próprios de produção [que até então se constituíam os alvos tradicionais da caridade e da filantropia] em objeto de medidas de anticrise. Essa é a grande diferença entre a forma como a ajuda, a caridade e a filantropia se processavam e como a assistência aos trabalhadores passa a ser feita no bojo do capitalismo em sua fase madura. Ou seja, os objetivos dessas ações são radicalmente diferentes, e a maneira de implementá-las também deve seguir formalmente outros parâmetros.”

¹² Ortiz (2010, p.193) destaca que essa concepção profissional que se referêcia na luta pelos direitos sociais também é influenciada pela concepção da imagem desse profissional enquanto integrante da sociedade. “A defesa dos direitos como mote do discurso e da ação profissional torna-se prioridade para esses profissionais – resultado do acúmulo teórico e político nos marcos da profissão e adensado pela conjuntura brasileira marcada pela transição democrática – e desdobra-se em uma nova concepção de profissão e de perfil profissional, que passa a fundamentar a intervenção dos assistentes sociais.”

de forma positiva para com as reflexões sobre o exercício profissional regulamentado em Lei e sobre a organização da categoria, que posteriormente, culminou na estipulação de normas e diretrizes curriculares no Serviço Social e na reafirmação do compromisso com a Classe Trabalhadora.

Esse amadurecimento crítico e teórico desenvolvido pela profissão a partir do movimento de Renovação do Serviço Social (NETTO, 1990), faz parte de um arcabouço de elementos que elucidam os aspectos concernentes ao que significa a profissão socialmente. Desta forma, a consolidação do perfil da profissão expressa claramente sua direção social e política, evidenciada, também, através dos compromissos firmados por meio do Código de Ética Profissional de 1993, em que ORTIZ (2010) descreve nitidamente como é ultrapassada a imagem daquele profissional que ajuda, que integra, que conscientiza e passa a ser reconhecido, posteriormente, como aquele que defende e luta pela garantia dos direitos sociais.

Ortiz salienta, ainda, que o Código de Ética de 1993 foi um divisor de águas na concretização das diretrizes da profissão articuladas na defesa de valores universais, inspirados na Constituição Federal de 1988. Tal afirmação se consolida a partir do seguinte apontamento:

Assim, o grande salto que o Código de Ética de 1993 sustentou foi a afirmação do comprometimento ético-profissional com valores emancipadores universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe. Portanto, fundamentado na ontologia social de Marx o Código de 1993 concebe a liberdade como um dos resultados da práxis humana, e, por conseguinte, não consistindo em um fenômeno natural, mas de um produto histórico gerado a partir do trabalho. (ORTIZ, 2010, p.199)

Não se pode deixar de mencionar como as conquistas da década de 80 e 90 – a respeito do amadurecimento teórico, crítico, ético e político dos Assistentes Sociais – contribuíram para a organização estratégica a ser aplicada na atuação profissional e em conformidade com a teoria social crítica. Nos dizeres de ORTIZ:

Além de uma direção social e estratégica, o projeto profissional em vigor é materializado a partir da conjugação de diversas dimensões, as quais envolvem desde o efetivo reconhecimento da teoria social crítica como substrato teórico e político-cultural capaz de sustenta-lo, até a organização política da categoria e o conjunto de documentos que norteiam política e

juridicamente a profissão no Brasil (Refiro-me aqui à lei que atualmente regulamenta a profissão: Lei 8.662/93; o Código de Ética de 1993; e as diretrizes curriculares) (2010, p.197).

Sem dúvida, o projeto profissional incorporado na dimensão crítica citada acima foi de suma importância para nortear a atuação profissional. Não apenas o Código de Ética e a Constituição Federal de 1988 podem ser considerados documentos orientativos acerca da perspectiva na ação profissional, mas as diretrizes curriculares também possuem extrema relevância. ORTIZ assinala que:

Em síntese, as diretrizes curriculares de 1996 afirmavam de tudo uma nova maneira de se formar os profissionais de Serviço Social no Brasil, calcada obviamente em um conjunto de conteúdos, mas principalmente sobre uma determinada lógica curricular que primasse, não pela hierarquização dos saberes, ao contrário, pela sua configuração a partir da perspectiva da totalidade (2010, p.202).

Essa concepção de diretriz curricular contribuiu para o desenvolvimento da formação crítica profissional em Serviço Social que, além de ter a profissão regulamentada por Lei como profissão liberal e assalariada – Lei 8.662/93 – é também, mediante as diretrizes curriculares, uma profissão respaldada na teoria crítica social que compreende o movimento de atuação profissional para além de um atendimento tecnocrático. Em sua concepção ORTIZ afirma que

Essas diretrizes estão absolutamente afinadas com a concepção contemporânea da profissão [subjacente ao projeto profissional hegemônico], que as entende como síntese de múltiplas determinações, capaz de responder às suas demandas sócio-ocupacionais a partir do entrecruzamento de diversas dimensões – ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e investigativa – que lhes atravessam medularmente, [...] (2010, p.202).

Ao que tange às diretrizes curriculares, é notório dizer que as mesmas acompanham a atuação do Serviço Social até os dias atuais – conforme exposto anteriormente –, em que o resgate da totalidade – posto que os usuários se encontram envolvidos na dinâmica das relações sociais – se faz imprescindível para a

compreensão da conjuntura e das particularidades da vida social que envolve os usuários do atendimento.

Realizar o resgate da totalidade que cerca àqueles que demandam o Serviço Social, através do compromisso hegemônico da profissão com a sociedade – firmado nos valores emancipatórios –, além de resultar em uma melhor qualidade no atendimento com os mesmos, contribui, até mesmo, para a dimensão investigativa do profissional o que resulta no entendimento crítico sobre as demandas postas e no olhar acerca das possibilidades de atuação do Assistente Social.

É interessante pensar, que o processo histórico que envolve o papel do Assistente Social nas relações sociais no Brasil propiciou ao profissional o entendimento sobre quais eram suas atribuições privativas, de que forma as demandas eram encaminhadas a ele e como procederia sua resposta à esta, que por muitas vezes coloca a atuação profissional em face da instrumentalidade de executor terminal de política sociais.

Devemos considerar ainda que essas políticas sociais impactam diretamente a condição de vida precarizada de uma parcela da sociedade, pois o processo exploratório do Capital consiste em relações de apropriação da riqueza socialmente produzida o que repercute em uma enorme fragilização social desses sujeitos.

Ademais, as condições objetivas pelas quais o Serviço Social esteve envolvido ao longo dos anos 1940 até o final dos anos 1990, acabou contribuindo no elevado amadurecimento da profissão, que ultrapassa os ganhos de organização em movimentos participativos com cunho político, e vai além, pois impulsiona qualitativamente o material teórico de referência em Serviço Social. Tal aspecto é evidenciado por ORTIZ (2010) nos dizeres de NETTO, pelo qual tal apreensão

[...] colaborou decisivamente para girar a face do profissional, propondo-a, ademais de um agente técnico especializado, como um protagonista voltado para o conhecimento dos seus papéis sociopolítico e profissional, envolvendo as exigências teóricas mais rigorosas. [Além disso – FGO], o esclarecimento cuidadoso da inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a compreensão histórica de sua funcionalidade no espaço de mediações entre classes e Estado, redimensiona amplamente o alcance e os limites da sua intervenção, bem como o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos (NETTO, apud ORTIZ, 2010, p.176)

Como sabemos, o Serviço Social está sempre inserido na dinâmica das relações sociais, realizando o atendimento àqueles que procuram a profissão para receber orientações ao que remete às políticas públicas e às relações sociais – a exemplo, a atuação profissional de educação em saúde, na mediação de conflitos sociais, no atendimento à rede socioassistencial e etc...–, associando assim o exercício profissional do Serviço Social enquanto profissão que institui a ligação entre as políticas públicas – focalizadas – e os usuários que apresentam situação de fragilidade social.

Tais, elementos incorporam toda a trajetória da imagem e autoimagem do Serviço Social, que não é modificada apenas pela linha temporal de atuação profissional no Brasil e sim por todo amadurecimento que a categoria teve mediante à todas as particularidades do contexto social. Analisando, assim, essa trajetória temporal ORTIZ ressalta que a imagem do profissional, é

[...] Constituída da imagem historicamente consolidada e da autoimagem profissional, observa-se que hoje está presente no cotidiano das iniciativas e ações das entidades da categoria, encarnadas a partir do projeto profissional atual, a vinculação direta da imagem profissional àquele que defende direitos. Não mais aquele que ajuda, integra, que conscientiza, mas aquele que defende e luta pela garantia dos direitos sociais (ORTIZ, 2010, p.204).

Mesmo que a imagem e autoimagem profissional esteja intrinsecamente relacionada à consolidação da mesma historicamente, essa imagem e autoimagem também é mutável ao processo constante das relações sociais, ORTIZ assinala que “[...] tomar o Serviço Social como um resultado da história significa entendê-lo como um processo em constante construção e tensionamento” (2010, p.212).

Desta forma, ainda que a profissão tenha um projeto Ético Político hegemônico com valores emancipatórios somado à diretrizes curriculares – que são voltadas para uma direção social e política enviesada na universalização do acesso às políticas sociais – bem como o posicionamento profissional que defenda os direitos sociais, ainda assim, a dinâmica política na sociedade atingirá os avanços e os regressos da profissão em Serviço Social.

Pelo fato da dinâmica capitalista intensificar as expressões da Questão Social e impactar indubitavelmente a classe subalterna, podemos compreender, a partir de tal afirmação, como o processo de tensionamento entre as políticas públicas cada vez mais focalizadas e o caráter emergencial àqueles que demandam a intervenção do Serviço Social, tendem a resultar em um aumento acirrado ao que remete o acesso ao tripé: Seguridade Social, Previdência e Assistência Social. Conforme é realizado a administração do Estado, suas ações causam um efeito direto à classe trabalhadora, quer seja em forma de subsídio das necessidades do Capital ou na preservação física e do controle ideológico dos trabalhadores – (ORTIZ, 2010, p.36).

A partir dessas condições, o Serviço Social é chamado a atuar frente à essas relações de trabalho e em um campo sociopolítico que requisita o exercício profissional pautado no compromisso com os seus usuários e com o Projeto Ético Político hegemônico defendido na construção histórica da profissão no Brasil. A escolha consciente acerca da defesa dos princípios que regem o exercício profissional é de suma importância frente à um contexto político social que reforça rotineiramente com os princípios Tradicionais do Serviço Social – estes que são fortemente combatidos pelo Projeto Ético-Político Profissional hegemônico –. Portanto, a contemporaneidade traz ao profissional a necessidade de aderir às concepções críticas acerca do seu papel na sociedade para que, desta forma, o contexto de regressão das conquistas civilizatórias não se consolide.

2.3 O significado social da profissão – autoimagem reafirmada junto ao projeto profissional hegemônico: Contribuições para a reafirmação deste significado na contemporaneidade

Para proceder a análise de como o significado social da profissão em Serviço Social é percebido pelos discentes – que, conforme os relatórios de estágio III/2017, completaram ou estavam na fase final de sua trajetória nos campos de estágio obrigatório em Serviço Social –, se faz necessário compreender que este significado social envolve condições objetivas e subjetivas dentro da trajetória acadêmica destes alunos – entendemos por questões objetivas as circunstâncias socioeconômicas e materiais destes discentes em que o impacto incide diretamente na permanência

destes na universidade [a exemplo, + de 55% dos discentes da faculdade de Serviço Social possuem acesso apoio estudantil e contam com este acesso para a manutenção de suas necessidades pessoais e acadêmicas], além disso, acerca das questões subjetivas podemos analisar as mesmas a partir das questões individuais dos alunos na apreensão e absorção do aprendizado dos mesmos ao longo do curso.

A atualidade nos traz campos de trabalho profissional bastante complexos, uma vez que nos deparamos com fragilidades no âmbito das políticas públicas e nos rebatimentos acometidos através das práticas institucionais que por si só onera a formação de uma “identidade” profissional. Além disso, compreender este significado remete aos profissionais um bom embasamento da literatura crítica do Serviço Social, uma análise crítica da sua ação profissional em conformidade às recomendações propostas no projeto profissional hegemônico, ao campo da ética profissional e das diretrizes curriculares do Serviço Social para que, assim, seja possível obter cada vez mais clareza do que é esse significado social e sua importância na sociedade brasileira – dado principalmente a “dimensão histórica” (ORTIZ, 2010, p.213) do Serviço Social.

Por certo, o Serviço Social nos anos 90 alcançou diversas conquistas, como “..., o fortalecimento de um projeto profissional com clara direção social e política, significando não apenas o amadurecimento interno da profissão, mas principalmente sua posição de resistência em face ao contexto de crise do capital e do neoliberalismo” (ORTIZ, 2010, p. 196-197). Neste sentido, ORTIZ (2010) elucida como esse amadurecimento profissional configura elementos norteadores para a profissão, ao passo que contribuem para uma ação profissional cuja “a defesa de valores emancipatórios e universais” (2010, p.199) constituam a imagem e autoimagem da categoria.

Posto isto, para analisar a percepção deste significado social da profissão de acordo com os discentes, neste primeiro momento recorro novamente à ORTIZ (2010) pelo fato de que a autora também se indagou a respeito da imagem da profissão sob a perspectiva analítica do aluno, no qual a autora examinou um importante documento do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentando reflexões interessantes por meio do perfil socioeconômico destes estudantes. Assim, ao exemplificar algumas respostas destes discentes ORTIZ (2010) traz a seguinte percepção sobre a temática:

Vale ressaltar que a vinculação da profissão aos direitos, e mais precisamente à sua garantia, pode gerar uma interpretação falaciosa dos reais limites da profissão, tendo em vista que a efetiva garantia de direitos sociais não se circunscreve a uma categoria profissional, mas a alteração do padrão político-econômico de determinada ordem societária. Lutar pela defesa, e até pela garantia dos direitos é bastante diferente de garanti-los imediata ou mediatamente. A vinculação direta e indireta à garantia de direitos, sem o reconhecimento e a incorporação das devidas mediações, tende a gerar uma compreensão messiânica e voluntarista da profissão, processo este historicamente, e em especial, rechaçado por suas vanguardistas (2010, p.210).

Tais afirmativas nos fazem refletir a importância de entender os limites e possibilidades de atuação profissional para, desta forma, não entrarmos em contradição a todo amadurecimento profissional construído historicamente pela profissão. Ainda assim, a autora apresenta traços positivos ao que remete à análise documental do formulário.

Logo, destaca-se que as respostas dos discentes expressam majoritariamente a relação entre Serviço Social e direitos, as quais estão afinadas às direções que a formação profissional tem tomado nos últimos anos, tendo em vista seu atrelamento orgânico aos pilares do projeto profissional hegemônico na atualidade, conforme apontado anteriormente (ORTIZ, 2010, p.2010).

Portanto, ORTIZ (2010) ressalta que esta vinculação da profissão junto à defesa dos direitos sociais nos mostra uma perspectiva de que a imagem e autoimagem do Serviço Social na atualidade se encontra associada ao projeto profissional hegemônico da categoria, ainda que esta imagem é formada a cada momento cotidiano, através das várias transformações do projeto societário, na tecnologia e tudo que se articula com o exercício profissional.

Além disso, a autora nos aponta um caminho essencial que contribuirá para que tanto os discentes quanto os profissionais em Serviço Social, possam trilhar estratégias de realização do trabalho pelo qual o projeto hegemônico da profissão propicie a ação profissional crítica frente aos desafios postos pelas condições estruturais que acompanham a dinâmica da sociedade contemporânea.

Tal desafio, que indubitavelmente acompanhará a profissão ao longo do século em vigência no Brasil, implica importantes investimentos, principalmente nos campos da formação e da organização política da categoria, na medida em que a manutenção do perfil profissional hegemônico, hoje, exige, na esfera da formação, esforços em duas direções, em princípio: de um lado, consiste em condição estratégica – o franco investimento em capacitação permanente daqueles já graduados, como forma de garantir a qualidade do exercício profissional à luz dos princípios ético-políticos que defendemos (ORTIZ, 2010, p. 213-214).

Bem como,

De outro lado, considerando o perfil socioeconômico das atuais gerações de estudantes, notadamente oriundas dos segmentos populares, portadoras de frágil capital cultural e empobrecidas financeiramente, e a reconfiguração do padrão de acumulação vigente, cujo desdobramento, entre outros, nos países latino-americanos, consiste no esvaziamento financeiro da universidade pública e no avanço da lógica do mercado sobre a educação superior, é incontestável a atenção e a fiscalização permanente das entidades da categoria quanto à implantação das diretrizes curriculares em vigor. O aprofundamento dos pressupostos para a formação profissional é a condição para o enfrentamento da conjuntura atual com a manutenção das conquistas históricas do Serviço Social brasileiro, [...] (ORTIZ, 2010, p. 214).

Até aqui falamos do significado social da profissão na contemporaneidade, evidenciando seus limites e desafios frente ao atual cenário do projeto de sociedade brasileira. Além disso, enfatizamos a importância do Projeto Profissional como instrumento fundamental para compor a concepção crítica do significado social da profissão em Serviço Social.

Desta forma, buscamos aprofundar as reflexões acerca das atribuições privativas do Assistente Social considerando que a relação entre a compreensão do significado social da profissão e a apreensão do caráter contraditório que perpassa o Serviço Social está intrinsecamente relacionado com o entendimento desse significado social – sob a ótica da compreensão do significado para estes discentes – nos cotidianos de realização do estágio obrigatório supervisionado.

Para tal, recorremos ao livrete denominado “*Atribuições Privativas do (a) Assistente Social*” (2002) em sua segunda parte textual: *Projeto Profissional, espaços ocupacionais do(a) Assistente Social na atualidade*, de autoria da prof.^a Marilda Villela Iamamoto.

Por apresentar o debate sobre as atribuições e competências profissionais do Assistente Social, o texto complementa a discussão elaborada até aqui e apresenta elementos que, muitas vezes são indagados pelos discentes enquanto estagiários, e, desta forma, poderá nos fornecer uma maior materialidade da temática conforme a discussão proposta neste trabalho.

Entendemos que o significado social da profissão em Serviço Social se dá através do amadurecimento acadêmico obtido ao longo da graduação e, principalmente, quando inserido em um campo de atuação profissional devido à possibilidade de observar a atuação/realização do trabalho profissional e poder trazer para o centro da discussão acadêmica a relação teoria/prática.

Neste sentido, podemos perceber o quanto essa relação social impacta na formação profissional da categoria, pois é imprescindível que esta formação englobe o conhecimento conciso da literatura clássica do Serviço Social, que a Instituição de Ensino inserida pelos (as) discentes possuam uma diretriz curricular– com o ensino prioritariamente na modalidade presencial – com referência às propostas evidenciadas pela ABEPSS bem como a presença no campo de estágio e na Instituição de Ensino Superior de Assistentes Sociais credenciados para a supervisão acadêmica. Certamente, tais apontamentos contribuem para a formação crítica dos (as) Assistentes Sociais e, conseqüentemente, para a percepção dos mesmos ao significado social da profissão.

Com isso, elucidamos que

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais, [...] (IAMAMOTO, 2002, p.19).

A presente interpretação nos leva a questionar os desafios postos nas relações sociais cotidianas que se apresentam para o exercício profissional do Assistente Social, afinal a classe trabalhadora vive em tempos de recessão, fragilidade política, com seus direitos duramente deturpados por políticas cada vez mais agressivas à

democracia e enfrenta a cada dia o antagonismo que possibilitem a ascensão de uma ordem societária sem dominação e exploração de classe. Dado a tantos agravos, é importante que tanto os formandos e futuros Assistentes Sociais quanto os profissionais já inseridos no amplo campo de atuação profissional, possuam o projeto profissional hegemônico como direção primordial nas reflexões do exercício profissional.

Assim, IAMAMOTO (2002) nos mostra a importância do projeto profissional como norteador da ação profissional para que seja possível uma atuação crítica frente às reais condições sociais que são postas para o Serviço Social, já que

*[...]. Para tanto, é necessário articular as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se materializa. Requer uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o *dever ser* com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma *proposta ideal*, porque abstraída da realidade histórica, elidindo as particulares determinações e mediações que incidem no processamento dessa especialização do trabalho coletivo (p.23, grifo da autora).*

Aprofundando ainda mais sobre a realização do trabalho do (a) Assistente Social na contemporaneidade, IAMAMOTO (2002) assinala a importância da “densidade histórica” (p.25) da profissão no Brasil para que seja possível analisar de forma mais crítica os parâmetros de atuação profissional frente aos desafios postos no campo do exercício profissional atual. Neste sentido, é importante considerar que a ação profissional é impactada sob as mais variadas particularidades, sendo que estas incidem nas estratégias e resultados que incorporam o Serviço Social em seus múltiplos campos de atuação. Para a autora

Em outros termos, passar da análise da profissão para o seu processamento no âmbito dos processos e relações de trabalho representa um salto importante. Incorpora os avanços teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos acumulados nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, abre um leque de possibilidades, ainda não integralmente exploradas, no sentido de afinar, com maior rigor, as propostas analíticas sobre o Serviço Social com as provocações e desafios enfrentados no dia a dia do trabalho cotidiano. Supõe considerar a inserção do assistente social nos organismos institucionais, públicos e privados, como parte de uma organização coletiva do trabalho empreendida pelos empregadores, o que interfere no conteúdo, nas formas assumidas pelo seu trabalho e nos seus resultados. Eles

estabelecem as condições sociais em que se dá a materialização do projeto ético-político profissional em contextos profissionais específicos. Isso traz um campo enorme de mediações que particularizam as funções, competências e atribuições do *assistente social e as atividades desenvolvidas. Ainda que dispondo de uma relativa autonomia técnico-profissional e ética na sua condução de seu trabalho no âmbito de organismos institucionais públicos e privados – empresariais ou não, eles também estabelecem* metas a atingir, detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho.[...] (IAMAMOTO, 2002, p.24, grifo da autora).

Sem dúvida,

Portanto, as condições e relações de trabalho em que se inscreve o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades projetadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social. [...] (IAMAMOTO, 2002, pg. 25, grifo da autora).

Por sua vez, podemos compreender que são nestes espaços institucionais de atendimento aos usuários do Serviço Social que se expressam as contradições, os limites e as possibilidades postas nas relações de trabalho do profissional, cuja as mesmas compõem elementos que trazem a reflexão do próprio significado social da profissão. Para IAMAMOTO (2002)

A reestruturação tecnológica e organizacional das empresas e dos organismos estatais impulsionam o redimensionamento do trabalho profissional e as respectivas funções desempenhadas, com radical alteração das rotinas de trabalho. Os assistentes sociais passam a sofrer os efeitos da intensificação do trabalho, da polivalência, da redução dos programas sociais e benefícios, da focalização de programas, das exigências de requalificação da força de trabalho. O desafio é o assistente social ultrapassar a perplexidade e apropriar-se dos novos espaços profissionais, orientando a atuação segundo os princípios ético-políticos da profissão. Requer incluir a investigação enquanto um componente fundamental do exercício, condição para o desvendamento da realidade e para propor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários. Para tanto, é necessário desenvolver a sistematização das informações obtidas no contato direto com os cidadãos e cidadãs nos plantões de atendimento e nas várias abordagens profissionais, articulando propostas sistemáticas de pesquisa com os projetos de intervenção técnica (p.40-41).

Por certo, podemos dizer que IAMAMOTO (2002) também reiterou a importância de os profissionais estarem sempre se renovando ao que se refere às capacitações, a aproximação com a academia para a contribuição no processo reflexivo da ação profissional juntamente com o significado social construído cotidianamente pela profissão e seus agentes. Além disso, vale destacar, também, que houve grandes avanços conquistados pela categoria nas últimas décadas – ainda que em tempos de recessão – em que se avançou na perspectiva crítica proposta na formação acadêmica, na produção de pesquisas científicas, na aproximação com os movimentos sociais e em seu aspecto político na sociedade.

Portanto, se faz necessário que o debate sobre o âmbito do trabalho do (a) Assistente Social na atualidade esteja sempre em pauta como forma de incentivar as discussões sobre a temática, o que contribui para o entendimento sobre os limites e possibilidades no exercício profissional de forma alinhada ao projeto hegemônico da profissão, que haja o fomento à capacitação e a concepção de produções acadêmicas somadas às produções de cunho científico, para que assim seja possível o fortalecimento do projeto profissional hegemônico junto às possibilidades de reflexões críticas dos profissionais sob a realização do trabalho e da compreensão sobre o próprio significado social da profissão.

3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O estudo deste trabalho se dá em torno de analisar o significado social da profissão em Serviço Social através do método de análise documental, considerando como base os relatórios de estágio entregues pelos discentes do último período da graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Buscamos elaborar neste capítulo a ênfase acerca da compreensão do sentido social da profissão baseada na elaboração e na fundamentação dos relatórios de estágio III entregues à Instituição no ano de 2017.

Em relação aos relatórios de estágio, é importante salientar que tais documentos expressam as reflexões dos discentes acerca do cotidiano no campo profissional, das atribuições profissionais do Serviço Social na Instituição, dentre outros pontos que permeiam a análise da última etapa do estágio supervisionado. Posto isto, devemos primeiramente apresentar de forma geral as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e a Política Nacional de Estágio/2010 da ABEPSS, para que neste sentido possamos analisar criticamente os relatos descritos nos relatórios que são objetos de estudo desta pesquisa.

Ao tratar-se das normas que competem as Diretrizes Curriculares (DC's) de Estágio para o Curso de Serviço Social devemos compreender que o papel destas diretrizes se encontra inserido no conjunto de processos que compõem a formação profissional.

De modo geral, as DC's elaboradas em 1996 expressam um olhar para a profissão em Serviço Social na sua perspectiva totalizante, abarcando uma análise crítica da realidade posta à sociedade e que aponta a formação profissional estreitamente vinculada ao Código de Ética Profissional, ao processo histórico do Serviço Social no Brasil, o trabalho profissional e o próprio significado social da profissão (ABEPSS, 1996).

Desta forma, é importante destacar que a categoria buscou um amadurecimento teórico e político ao longo da história e, principalmente a partir dos anos 80 – conforme explicitado no capítulo anterior –, sendo tal amadurecimento evidenciado, também, por meio das Diretrizes Curriculares Gerais (1996) no qual

[...] expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora (ABPESS, [201 -?]).

Em consenso a afirmativa desses avanços, Ortiz nos evidencia que

Em síntese, as diretrizes curriculares de 1996 afirmavam acima de tudo uma nova maneira de se formar os profissionais de Serviço Social no Brasil, calcada obviamente em um conjunto de conteúdos, mas principalmente sobre uma determinada lógica curricular que primasse, não pela hierarquização dos saberes, ao contrário, pela sua configuração a partir da perspectiva de totalidade (ORTIZ, 2010, pág. 202).

Nessa perspectiva, podemos associar o debate crítico expresso nas Diretrizes Curriculares (1996) com a importância do estágio supervisionado em conformidade ao Projeto Ético-Político hegemônico, sendo que de acordo com a ABEPSS (1996, p. 19, grifo do autor), o

Estágio Supervisionado: É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.

Dialogando com as Diretrizes Curriculares (1996), EIRAS (2016) salienta

Nesse sentido, na formação profissional do assistente social, o estágio caracteriza-se e é compreendido como estágio supervisionado, ou seja, o aprendizado decorre da inserção do discente no estágio e do acompanhamento realizado pelo supervisor de campo e pelo supervisor acadêmico (EIRAS, 2016, pág. 249).

De acordo com os argumentos supracitados, o estágio obrigatório se torna uma intrínseca relação entre academia e campo de estágio. Assim, devemos entender que o estágio profissional é uma peça fundamental no amadurecimento profissional do aluno juntamente com os supervisores de campo e acadêmico, pois a todo momento há uma troca de saberes que possibilita: o profissional do campo de estágio, uma avaliação reflexiva do seu fazer profissional de acordo com a perspectiva apresentada pelo (a) estagiário (a), ao supervisor acadêmico uma análise crítica acerca dos rebatimentos da ofensiva do Capital na ação do trabalho profissional nos múltiplos campos de atuação e do discente que a cada etapa do estágio obtém um maior preparo e amadurecimento profissional, estabelecendo, assim, a relação ensino-aprendizagem.

Com base nos relatos apresentados por EIRAS (2016), podemos perceber a importância do aprendizado em Serviço Social e seu impacto construtivo ao longo da trajetória acadêmica, sendo o conhecimento teórico-metodológico um grande aliado no processo de amadurecimento profissional dos (as) discentes ao decorrer do estágio supervisionado.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares (1996) enfatizam que

Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social (ABEPSS, 1996, p.8).

Partindo dessas premissas entendemos a importância do Estágio Supervisionado para a formação de qualidade, pois as etapas que englobam os períodos de estágio contribuem para o amadurecimento do (a) futuro (a) profissional em Serviço Social na perspectiva totalizante que envolve a ação profissional com enfoque de superação das demandas do mercado. De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) é de suma importância termos,

Portanto, na contra-corrente da colagem da formação profissional às leis do mercado, a formação deve dirigir-se para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da

classe trabalhadora. Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado curricular, possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica, [...] (ABEPSS, 2010, p. 10).

Por certo, as atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem proporcionado pelo Estágio Supervisionado envolvem uma construção coletiva de trabalho que seja para além das demandas imediatistas apresentadas na realidade social, se tornando peça fundamental nos pilares de formação crítica profissional. Podemos ainda observar que de acordo com as citações supracitadas, tanto as Diretrizes Curriculares (1996) quanto a Política Nacional de Estágio (2010) em Serviço Social exibem o debate da realização profissional numa perspectiva que abrange as múltiplas determinações expressas nas relações sociais, que esteja consoante aos preceitos do projeto hegemônico defendido pela categoria.

No entanto, cabe ressaltar que as propostas construídas coletivamente acerca do projeto de formação profissional estabelecido nas Diretrizes Curriculares (1996) – aprovada pela ABEPSS – para o curso de Serviço Social não foram instituídas em sua totalidade na resolução aprovada pelo Ministério da Educação, conforme observado nas Diretrizes Curriculares (2002). Tal fato pode ser percebido nos seguintes trechos:

2 - Competências e Habilidades

A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- **utilização dos recursos da informática.**

B) ESPECÍFICAS

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;

- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social (MEC, 2002, p. 1-2, grifo nosso).

De acordo com as informações supracitadas, é possível perceber que dentro dos preceitos determinados pelo MEC no quesito competência e habilidade no processo formativo, a utilização **dos recursos de informática** nos evidencia uma lógica de aprendizado associada ao mercado, diferente da proposta apresentada no mesmo segmento de competências e habilidades pela ABEPSS (1996) no qual as diretrizes implicam no **“5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor”** (ABEPSS, 1996, p.7, grifo nosso).

Em suma, pensar no Estágio Supervisionado é poder analisar os pilares que concretizam a sua realização. Desta forma, além de identificar que tipo de estágio é defendido na formação profissional dentro do curso de Serviço Social/UFJF se faz necessário uma breve apresentação da Faculdade de Serviço Social, observando seu projeto pedagógico, os princípios norteadores do Curso, o perfil do aluno inserido na graduação em Serviço Social para que assim possamos nos empenhar na análise das contribuições reflexivas observadas nos relatórios de estágio III.

3.1 Estágio Supervisionado e Serviço Social: Uma breve apresentação da Faculdade de Serviço Social/UFJF e seu projeto pedagógico

A faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora foi criada em 1958, aos cuidados da “Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, vinculada à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado” (Projeto Pedagógico da FSS/UFJF, 2016, p.4). Neste ano, a faculdade completa 60 anos de existência, e 50 anos de inserção na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Ao longo de toda a sua trajetória acadêmica a faculdade de Serviço Social/JF também passou por diversas modificações de sua estrutura curricular, no qual muitas destas mudanças se deram em consonância aos processos de amadurecimento crítico e reflexivos da profissão em Serviço Social no Brasil, conforme já ressaltado no capítulo anterior.

No período de seu surgimento a faculdade apresentava uma estrutura curricular associada à doutrina social da Igreja Católica, sendo que tal associação propiciou a formação profissional com um viés de ajustamento do indivíduo na esfera social.

O curso era dividido em duas etapas: curso básico e curso profissionalizante. As disciplinas básicas oferecidas eram: Psicologia, Sociologia, Direito, Ética, Higiene e Medicina Social, Economia, Estatística e Cultura Religiosa. As profissionalizantes: Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Desenvolvimento e Organização de Comunidade. O objetivo do curso centrava-se em uma boa formação de técnicos qualificados no sentido de ajustar os indivíduos à sociedade (Projeto Pedagógico da FSS/UFJF, 2016, p.4).

A contar com a inserção da faculdade junto à Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF se faz necessário ressaltar que, a partir do ano de 1969 o curso adentrou modificações curriculares que acompanhavam as normas da Universidade bem como se apresentava associado aos debates que envolviam o “movimento nacional” da categoria de Assistentes Sociais no Brasil. Além disso, podemos destacar que estas reformulações ponderavam uma grade curricular integrativa aos “processos de Serviço Social e do ensino teórico-prático” (PP, 2016, p.4). Tal integração se fez premente devido a necessidade de salientar a totalidade envolvida na “reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2011, p. 79) e a ação profissional, no sentido de

vir ao encontro da formação profissional pautada no amplo conhecimento da realidade social em conjunto com o ensino teórico-prático.

Cabe destacar ainda que as décadas de 80 e 90 trouxeram novos componentes históricos, à medida que o Serviço Social avançou nos debates acerca do significado social da profissão, na expressão de sua legitimação bem como na construção de seu projeto ético-político profissional. Tais afirmativas se expressaram em documentos importantes para a legitimação da profissão, tais como: a Lei 8662/93, o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares, conforme exposto anteriormente.

Todo esse movimento coletivo construído historicamente possibilitou a produção de um projeto pedagógico apoiado nos documentos da ABEPSS, na Política Nacional de Estágio em Serviço Social e dentre tantos outros atores de extrema importância para a concretização de um plano de ensino que abrangesse toda a sociedade, compreendendo suas particularidades, numa perspectiva formativa que possibilite “[...] a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora” (PNE, 2010, p. 10).

Desta forma, o projeto pedagógico vigente na Faculdade de Serviço Social/UFJF em sua última formulação, em 2016, se apresenta intrinsecamente relacionado aos documentos que norteiam a formação e a ação profissional. Neste sentido, o projeto se apoia aos preceitos apontados pela ABEPSS e pelas demais entidades que incorporam o Serviço Social.

Durante os anos de 1997, 1998 e 1999 acontecem, internamente, estudos e debates para a implantação das diretrizes curriculares elaboradas pela ABEPSS e aprovadas parcialmente pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura e em 2003, as novas diretrizes curriculares são implantadas. A questão social passa a ser o eixo da formação profissional, por ser o objeto de trabalho do assistente social. A teoria, a história e a metodologia são os fundamentos do Serviço Social e as diretrizes curriculares apontam para a articulação entre essas três dimensões, superando a fragmentação das tríades presentes nos dois últimos currículos (caso, grupo e comunidade e, história, teoria e método) (Projeto Pedagógico da FSS/JF, 2016, p.6).

Fortalecer a articulação entre teoria, história e metodologia no curso de Serviço Social se tornou o cerne da proposta curricular pautada pelo projeto pedagógico defendido pela Faculdade de Serviço Social/UFJF, justamente por promover o perfil

do curso comprometido com os preceitos debatidos internamente pela categoria. Além disso, o compromisso por uma formação acadêmica crítica é expressado em fragmentos textuais contidos nas Diretrizes Curriculares, nas reflexões e documentos do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS bem como no Projeto Pedagógico vigente na Faculdade de Serviço Social/UFJF.

Diante de tal afirmação, é possível perceber a íntima relação do Projeto Pedagógico (2016) com elementos construídos coletivamente pela categoria e que se mostram como norteadores em sua elaboração. Desta forma, o Projeto Pedagógico propõe os seguintes princípios:

3.1. Princípios da Formação Profissional

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressas na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, atividades complementares e estágios;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativas e interpretativas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio de alunos; (Projeto Pedagógico da FSS/JF, 2016, p.10-11).

Por certo, podemos perceber que o projeto pedagógico vigente se respalda em compromissos já enfatizados pelas Diretrizes Curriculares (1996) demonstrando consenso ao projeto construído pela categoria, além de apresentar uma ampla associação ao plano de formação proposto pela ABEPSS (1996) acerca de “[...]uma

concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p.8), o que nos leva aos 3 núcleos fundamentais da formação profissional: “1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996, p.8).

Os núcleos supracitados englobam a proposta do ensino e aprendizagem em Serviço Social que possibilite uma análise crítica e totalizante dos parâmetros que constituem a realidade social. Desta maneira, construir a formação acadêmica em Serviço Social na perspectiva do intrínseco conhecimento de conteúdos “(teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional” (ABEPSS, 1996, p.8) nos leva a compreender a importância da trajetória acadêmica no processo de amadurecimento profissional bem como a sua relevância na trajetória do estágio supervisionado, considerando que ambos processos corroboram para a formação profissional de qualidade.

Nessa lógica, ao desvelar as determinações contidas nos núcleos fundamentais podemos salientar as seguintes proposições (ABEPSS, 1996):

Acerca do **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social**, podemos ressaltar que o mesmo apresenta os componentes que correspondem a historicidade da vida social, compreendendo o Trabalho como “[...] eixo central do processo de reprodução da vida social [...]”(1996, p.10), abarcando o movimento de constituição e progresso da sociedade burguesa bem como suas relações com o processo de “exploração e dominação” (1996, p.10) do trabalho. Como disciplinas curriculares que compõem este núcleo temos: “Sociologia, História, Temas e Atualidades, Política I, Introdução à Filosofia, Subjetividade e Cultura, Pensamento Social I, Pensamento Social II e Psicologia Social I”(Projeto Pedagógico da FSS/UFJF, 2016, p. 27, il.).

Referente ao **Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**, de acordo com as Diretrizes Curriculares (1996), podemos dar ênfase aos conteúdos que abarcam o conhecimento de elementos que fundamentaram a formação da sociedade brasileira bem como uma

“análise conjuntural da sociedade brasileira em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social” (ABEPSS, 1996, p.11). As seguintes disciplinas são integrantes deste núcleo: “Pensamento Social III, Economia Brasileira, Formação Sócio-Histórica do Brasil Contemporâneo, Política Social, Política de Seguridade Social I, Política de Seguridade Social II, Gestão e Planejamento Social, Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais, Classes e Movimentos Sociais I, Classes e Movimentos Sociais II e Classes e Movimentos Sociais III” (Projeto Pedagógico da FSS/UFJF, 2016, p. 27-28, il.).

Por fim, devido ao Trabalho ser o eixo central no processo de formação profissional, o **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional** é constituído por meio das dimensões do mundo do trabalho bem como sua referência ao processo de profissionalização do Serviço Social. Desta forma,

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS apud ABEPSS, 1996, pág. 12).

Acerca das disciplinas inseridas neste núcleo podemos citar: “Serviço Social e Questão Social, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III, Trabalho e Serviço Social, Oficina de Trabalho Profissional I, Oficina de Trabalho Profissional II, Oficina de Trabalho Profissional III, Comunicação Social, Estatística Aplicada às Ciências Humanas, Pesquisa Social I, Pesquisa Social II, Ética e Serviço Social, Estágio Obrigatório I, Estágio Obrigatório II,

Estágio Obrigatório III, Oficina de Supervisão I, Oficina de Supervisão II, Oficina de Supervisão III, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I, Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II, Prática de Gêneros Acadêmicos, Tópicos Especiais em Serviço Social, Práticas Integradoras, Laboratório em Áreas de Intervenção I, Laboratório em Áreas de Intervenção II, Laboratório em Áreas de Intervenção III, Laboratório em Áreas de Intervenção IV, Laboratório em Áreas de Intervenção V, Laboratório em Áreas de Intervenção VI, Laboratório em Áreas de Intervenção VII, Laboratório em Áreas de Intervenção VIII e Seminário Integrado de Pesquisa e Prática Acadêmica I” (Projeto Pedagógico da FSS/UFJF, 2016, p. 28, il.).

De acordo com as informações acima, podemos perceber que o núcleo de fundamentos do trabalho profissional abarca **34 disciplinas** e se expressa como o maior integrador de disciplinas entre os 3 núcleos, sendo que o estágio se encontra incluso dentre as mesmas. Dessa maneira, podemos perceber a importância do arcabouço teórico imbricado entre os 3 núcleos para o processo de amadurecimento profissional, uma vez que o saber teórico-metodológico se faz fundamental para o preparo do aluno a ser inserido no ciclo de estágio.

Não devemos deixar de ressaltar, ainda, que os núcleos de fundamentos representam o processo de formação profissional de forma totalizante, possibilitando um amadurecimento profissional capaz de lidar com as demandas, limites e possibilidades que permeiam a ação profissional na sociedade.

Tais núcleos detêm a possibilidade de instrumentalizar o assistente social para a intervenção profissional, sendo que, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional é considerado central nas diretrizes curriculares, e os demais se direcionam a ele complementando-o e reforçando-o, pois para uma intervenção com competência, faz-se necessário a compreensão do significado social da profissão (Projeto Pedagógico da FSS/UFJF, 2016, p.22).

Portanto, pode se dizer que a defesa dos princípios que norteiam a formação profissional defendida pela Faculdade de Serviço Social/UFJF e pelos organismos de suporte/apoio da categoria, nos mostra a importância de um projeto educacional que proponha ir para além do currículo obrigatório, proporcionando uma formação profissional com o viés crítico, reflexivo, apoiado nas premissas do Código de Ética

Profissional, contrário à lógica de exploração do sistema capitalista e que incorpore as condições objetivas e subjetivas da realidade social.

3.2 Perfil do aluno: apresentação do perfil do bacharel em Serviço Social e considerações acerca da pesquisa do perfil do aluno/2015

Para analisar o perfil do aluno, é imprescindível considerarmos seus variáveis motivos de inserção no curso de graduação em Serviço Social/UFJF, as perspectivas de desenvolvimento conforme a proposta do projeto pedagógico e a forma desses discentes em lidar com o aprendizado acadêmico de nível superior. As mudanças que perpassam a transição do ensino médio para o ensino superior desvelam um cenário imprevisível, abarcando toda a estrutura social desses alunos no qual a rotina de estudos se transforma, sua lógica de permanência na universidade se complexifica à medida que se deve pensar sobre o transporte, moradia, alimentação, dupla jornada com filhos e trabalho bem como dentre tantos outros condicionantes para sua estabilização enquanto estudante.

Num primeiro momento, devemos considerar que a inserção dos discentes na Faculdade de Serviço Social/UFJF se dá através do ensino em modalidade presencial, de natureza pública, com forma de ingresso pelo PISM, SiSu e seleção de vagas ociosas (UFJF, [20-?]).

Posto isso, o Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social (2016) nos descreve o seguinte perfil do Bacharel em Serviço Social:

- Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.
- Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
- Profissional comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social (Projeto Pedagógico da FSS/JF, 2016, p.11).

Tais informações nos mostram novamente que a proposta do projeto pedagógico vai de encontro com as determinações estipuladas pelas Diretrizes Curriculares (1996), pela Política Nacional de Estágio em Serviço Social deliberada através da ABEPSS, do Projeto Ético-Político Hegemônico e, certamente, com a construção de um perfil do aluno que assuma a produção do saber profissional em sua totalidade.

Apesar do perfil do Bacharel em Serviço Social evidenciar a perspectiva da formação profissional em Serviço Social, devemos ainda considerar toda a complexa lógica de permanência estudantil vivenciada cotidianamente por esses discentes. Partindo dessas premissas, a Faculdade de Serviço Social/UFJF – através de sua comissão pedagógica – buscou investigar o perfil do aluno matriculado em todos os períodos no ano de 2015, justamente para trazer ao centro das discussões pedagógicas as táticas e estratégias de enfrentamento às fragilidades postas ao processo de formação defendido pela categoria.

Nesta pesquisa, observou-se questões como: sexo, forma de ingresso na faculdade, atividade profissional, carga horária de trabalho, renda, moradia, transporte, acesso à saúde, comunicação, dentre outros pontos. Como parte desses dados contribuem para uma análise comparativa ao perfil do Bacharel em Serviço Social, iremos apresentar a seguir pontos importantes que integram esse perfil.

De acordo com a Pesquisa de Acompanhamento do Perfil do Aluno (a) da FSS/UFJF de 2015, no ano em questão a faculdade contava com o total de 321 alunos sendo que 182 participaram da pesquisa – totalizando 56,7% dos alunos¹³. Deste contingente, a grande maioria são do sexo feminino e estudaram em escola pública.

Ao apresentar dados acerca da opção profissional, o documento apresenta as seguintes ponderações:

Sobre o que influenciou para a escolha do curso de Serviço social, as respostas são diversas e por vezes associadas, as de maior frequência e associação são **4,9% a grade curricular**; 3,8% a área de humanas; 2,7% os amigos; 2,7% a identificação com o curso; **1,6% a possibilidade de ajudar as pessoas**; 1,1% a pontuação para entrada e 1,1% o contato com

¹³ Dados apresentados pela Pesquisa de Acompanhamento do Perfil do Aluno (a) da FSS/UFJF, com início no segundo semestre de 2014 e atualizada no ano de 2015. Disponibilizada pela Coordenação da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

profissionais da área. As demais repostas se encontram na faixa de 0,5% e apontam desde a realização de um trabalho como conselheira tutelar até a diminuição da desigualdade social, passando pelas oportunidades de campos de trabalho e admiração pelo curso (Pesquisa de Acompanhamento do Perfil do Aluno (a) da FSS/UFJF, 2015, pág.26, grifo nosso).

De acordo com o percentual predominante, podemos dizer que para alguns discentes (poucos) a escolha do curso se deu com base no conhecimento de sua grade curricular, o que nos indica um certo conhecimento do projeto de formação profissional bem como sua evidência na construção da grade com base nos núcleos de fundamentos – propostos pelas Diretrizes Curriculares (1996).

Ainda acerca destes dados, outro ponto que nos chama atenção é a escolha do curso devido à possibilidade de ajudar pessoas. Tal associação nos leva a analisar que,

Se o projeto ético-político ou projeto profissional detém a autoimagem naquilo que ela representa hoje – profissão que luta pela defesa e garantia dos direitos – esse processo não se dá sem intercorrências e tensões internas. O exame crítico da realidade pressupõe entender que tal imagem é construída a todo tempo pelo conjunto de causalidades e teleologias, que se confrontam, combinam-se, mesclam-se, antagonizam-se. Tal percepção do real permite entender porque que ainda que a profissão e alguns de seus sujeitos profissionais – individuais e coletivos – defendam uma determinada concepção de profissão e perfil profissional, essa hegemonia convive com outras perspectivas profissionais (ORTIZ, 2010, p.211).

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa da FSS/UFJF dialoga com os argumentos apresentados por ORTIZ (2010) na citação anterior. Tal afirmação pode ser percebida no trecho a seguir, no qual a pesquisa da FSS/UFJF evidencia que

O conjunto de questões relacionado a escolha pelo curso e ao atendimento de expectativas demonstra aspectos interessantes como o desconhecimento da profissão antes da entrada no curso que faz com que as expectativas sejam revistas posteriormente o que implica em uma compreensão mais adequada sobre o que vem a ser o Serviço Social e como se desenvolve a atuação profissional. Essa questão também aparece quando 69,2% dos estudantes apontam que a concepção do curso mudou para melhor no decorrer do mesmo, enquanto 8,8% afirmam que mudou para pior. 14,8% afirmam que não mudou e 7,1% não responderam (Pesquisa de Acompanhamento do Perfil do Aluno (a) da FSS/UFJF, 2015, pág. 27).

Desta forma, podemos perceber que o debate acerca do entendimento sobre o significado social da profissão se dá a todo momento e ele também se transforma, conforme a expressão da correlação de forças incide na reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Dentro desta lógica, ao fazer analogia com as reflexões críticas de ORTIZ (2010) sobre a pesquisa do perfil do aluno realizada no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, podemos identificar certos traços que também se expressaram nas falas dos alunos participantes da pesquisa realizada pela FSS/UFJF, no qual

Com efeito, se, de um lado, as respostas dos discentes de Serviço Social quanto ao motivo de opção pelo curso expressam alguns dos traços que acompanham historicamente o Serviço Social no Brasil, e, portanto, indicam a continuidade com as chamadas “marcas de origem” da profissão; **de outro, a concepção de profissão que é revelada nas falas dos alunos, afina-se com a perspectiva de avanço prescrita pelo projeto profissional em face aos elementos tradicionais, que constituíram historicamente a imagem social da profissão.** [...] (ORTIZ, 2010, p.211, grifo nosso).

Outro ponto importante manifestado na pesquisa (2015), incide no percentual de 30,2% dos pesquisados que apresentaram vínculo empregatício com uma “[...] carga horária de trabalho é bastante variada, oscilando entre 10 horas com 5,50%, 12h com 3,60%, 20h com 16,40%, 30h com 10,90%, 40h com 29,10%, [...]” (Pesquisa de Acompanhamento do Perfil do Aluno (a) da FSS/UFJF, 2015, pág. 5). Diante da citação, podemos perceber que dentro deste percentual de alunos, o exercício de uma dupla jornada se expressa como uma alternativa – quiçá a única para alguns – de ter acesso ao ensino superior quer seja pela possibilidade de uma ascensão profissional/financeira no mercado de trabalho ou pelo crescimento pessoal. Neste sentido, devemos nos atentar que muitas das vezes essa jornada extensiva compromete o rendimento do aluno, sendo que diversas vezes o aprendizado necessário para alcançar os objetivos propostos nas disciplinas faz com que esse ensino seja realizado no período de deslocamento até a faculdade, no período de descanso/almoço durante a jornada de trabalho e até mesmo na madrugada.

Diante do exposto, EIRAS (2016) nos apresenta uma análise bastante rica no que se refere ao perfil do aluno da Faculdade de Serviço Social/UFJF, no qual

Na FSS/UFJF, nossos discentes estão inseridos na classe trabalhadora, diretamente, em famílias vinculadas à classe trabalhadora e/ou na condição de trabalhador (a), inserido (a) no mercado de trabalho, formal ou informalmente (EIRAS, 2016, pág. 256).

Sendo que,

[...]. Outro aspecto relevante é que, na implantação do curso noturno, o número de discentes trabalhadores aumentou significativamente, englobando a maioria das turmas. As inserções no mercado de trabalho são variadas e incluem principalmente, o setor de serviços. O fato de a inserção de discentes trabalhadores no curso de Serviço Social, a partir do curso noturno, ter aumentado coloca um conjunto de mediações diferentes para a formação profissional (EIRAS, 2016, pág. 256).

Por certo, compreendemos que tal fragilidade no acesso ao ensino superior provém da desigualdade social, visto que o mundo do trabalho se torna central para a sobrevivência e ascensão profissional/financeira destes discentes. Nos dizeres de IAMAMOTO,

[...]. A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador, o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar. [...] (2011, pág. 66).

Por sua vez, ao analisar a proposta do perfil do Bacharel em Serviço Social podemos perceber que tal proposta se associa aos resultados apresentados pela pesquisa de acompanhamento do perfil do aluno realizada no ano de 2015 no que se refere aos componentes curriculares como indicativos que contribuíram para a inserção do (a) discente no curso.

Desse modo, compreendemos que o perfil do aluno do Bacharel em Serviço Social apresentado no Projeto Pedagógico da FSS/UFJF (2016) enfatiza a formação profissional generalista crítica, uma vez que o projeto pedagógico da faculdade de Serviço Social (2016) nos mostra um perfil do Bacharel em Serviço Social que detém a habilidade de estabelecer um aspecto profissional capaz de atuar nas diversas "expressões da questão social" (PP da FSS/UFJF, 2016, pág. 11), exercendo a

profissão numa perspectiva que compreende a realidade da vida social em sua totalidade, possibilitando uma intervenção profissional "criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho" (PP da FSS/UFJF, 2016, pág. 11) apoiada "com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social" (PP da FSS/UFJF, 2016, pág. 11), o que por sua vez é construído durante o aprendizado acadêmico com uma grade curricular apoiada nos princípios das Diretrizes Curriculares (1996).

Portanto, ainda que as fragilidades postas na realidade social destes discentes impactem diretamente os seus processos formativos podemos dizer que a perspectiva do perfil do Bacharel em Serviço Social se consolida, uma vez que há eminentemente um amadurecimento profissional crescente conforme explicitado até aqui.

3.3 Contextualização dos campos de Estágio: Apresentação e Análise dos Relatórios de Estágio da FSS/UFJF – 2017

Buscamos demonstrar desde o início deste capítulo uma análise do estágio supervisionado associado ao projeto de formação profissional, no qual evidenciamos os parâmetros que compõem o projeto de formação profissional bem como o processo de inserção no estágio supervisionado.

Nosso estudo contava com a proposta de realizar encontros com grupos focais, no qual os discentes do 8º e 9º períodos da faculdade de Serviço Social/UFJF participariam de em torno de 3 encontros, sendo que através do desenvolvimento do grupo focal iríamos sistematizar a compreensão do significado social da profissão, de acordo com as observações identificadas durante os encontros. Contudo, devido ao tempo para a elaboração do TCC II, ser incompatível com o trâmite no Comitê de Ética, optamos por analisar o significado social da profissão expresso nos relatórios de estágio obrigatório III do ano de 2017, na elaboração e fundamentação utilizada pelos discentes nos relatórios de estágio III.

Utilizamos como amostragem, um total de 15 relatórios de estágio III. Além disso, fizemos uso do instrumento da pesquisa qualitativa, realizada através da leitura de estudo acerca das descrições contidas nos relatórios. Ao analisarmos os relatórios de estágio, pudemos identificar uma pluralidade de campos de intervenção

profissional, em que no ano de 2017 se encontravam abertos para a inserção de estagiários em Serviço Social. Dentre as áreas de atuação profissional, a área da saúde se sobressaiu às demais, sendo identificada como campo de estágio em 46% dos relatórios, seguida da área de saúde mental referenciada em 27% dos relatórios, 20% dos relatórios na área sócio-jurídica e 7% na área da educação.

Referente a pesquisa, buscamos analisar os relatórios de estágio III com o auxílio de um roteiro elaborado [anexo I], no qual traçamos questões como: as ponderações reflexivas contidas nos relatórios em que se associavam à descrição do significado social da profissão, da análise do trabalho do Serviço Social nas Instituições – considerando as percepções dos discentes acerca das designações encaminhadas ao Serviço Social, os limites e possibilidades do exercício profissional bem como as expressões de contradições existentes no trabalho profissional e o impacto das mesmas no trato com o usuário.

A investigação realizada sobre os relatórios de estágio III nos possibilitou evidenciar que, 67% dos relatórios apresentavam referência teórica – apoiada em livros que discutiam o Serviço Social e os dispositivos legais. Os 33% restantes apresentavam, ao decorrer da leitura, conceitos que discutiam o Serviço Social em diversos campos de atuação profissional, mas sem referenciar tais pensamentos na literatura acadêmica estudada na graduação e/ou nos dados apresentados por meio de dispositivos legais, conforme elaborado em quadro (anexo II).

Ao que se refere as áreas referenciadas nos relatórios de estágio, enumeramos por meio do quadro a seguir, a relação de Instituições estabelecidas como campos de estágios e as áreas pelas quais são identificadas:

Tabela 1 – Relação dos relatórios com o campo de estágio/área

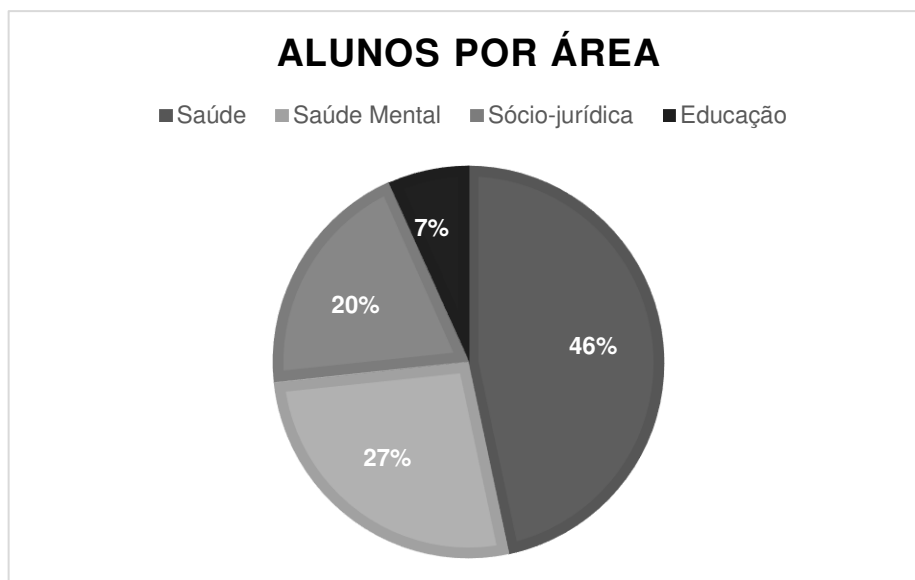
Relatório	Campo de estágio	Área
1	Caps IJ	Saúde Mental
2	Caps AD III	Saúde Mental
	UNIMED - Espaço Viver	
3	Bem/JF	Saúde
	Continua	

4	Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora	Saúde
5	Caps AD III	Saúde Mental
6	Defensoria Pública da União – DPU	Sócio-Jurídica
7	Defensoria Pública da União – DPU	Sócio-Jurídica
8	Instituto Oncológico	Saúde
9	UNIMED - Espaço Viver Bem/JF	Saúde
10	Hospital Regional Dr. João Penido	Saúde
11	Departamento de Políticas para Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos – DPCDH/SDS	Saúde
12	Centro Socioeducativo de Juiz de Fora	Sócio-Jurídica
13	Centro de Atenção em Saúde Mental – CASM	Saúde Mental
14	Colégio de aplicação João XXIII	Educação
15	Hospital Universitário	Saúde

Conclusão

Fonte: Relatórios de estágio III elaborados em 2017

Para uma maior visualização da relação aluno e área, destacamos tais informações no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Relação aluno/área

Fonte: relatórios de estágio III

Todos os relatórios analisados se estruturam da seguinte maneira: Introdução, dados do campo de estágio, informações sobre a oficina de supervisão de estágio, análise institucional do campo de estágio, avaliação do estágio, considerações finais e bibliografia. Tal estrutura organizativa se encontra evidenciada na grande maioria dos relatórios de estágio, sendo que os demais apesar de não possuírem a identificação nos títulos ainda assim era possível perceber tais estruturas por meio da leitura dos documentos.

Sobre as atividades realizadas nos campos de estágio, as descrições das atividades apareceram nos relatórios sempre apoiadas ao plano de estágio proposto pela Instituição. Contudo, alguns dos relatórios apresentavam contribuições reflexivas acerca de uma análise das demandas postas ao Serviço Social, observadas durante o estágio, como demonstra o trecho em destaque:

O Serviço Social [...] tem como um dos principais objetivos a luta pelo atendimento e resolução das demandas verificadas no momento do atendimento por meio da via administrativa. [...]. A intervenção do assistente social tem por base o projeto ético-político, sendo sua práxis constituída, por capacidades e competências que determinam seu processo de trabalho, onde as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa estão presentes de formas inseparáveis (Relatório 7, 2017, pág.8).

Neste outro trecho, ainda que não haja uma descrição das atividades de estágio, podemos perceber uma análise do (a) estagiário (a) acerca do cenário de atuação profissional do Serviço Social na Instituição:

Outro destaque foi a classificação dos papéis dentro da equipe, onde muitas vezes a equipe não entende qual é o trabalho do assistente social e para que isso pudesse melhorar seria fazendo um debate, colocando o que cada um deveria fazer enquanto profissão de acordo com o projeto ético-político (Relatório 2, 2017, pág.10).

Desta forma, ambos relatos nos levam a pensar sobre a configuração e legitimação do Serviço Social nas mais diversas áreas, uma vez que devemos

[...], considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO, 2011, pág.73).

Em contrapartida, tais considerações nos levam a ponderar que o reconhecimento da ação profissional nas mais diversas áreas também é impactado pelas contradições e correlações de forças eminentes no trâmite das respostas das ações profissionais. Neste sentido, destacamos a seguir dois trechos extraídos dos relatórios, cujo os discentes elucidam tais dificuldades para a realização da ação profissional. No primeiro trecho, o relatório nos mostra uma análise bastante interessante acerca da estrutura da Instituição:

[...] possui uma estrutura verticalizada, [...] atividades que exerce, são determinadas de cima para baixo, abrindo poucas possibilidades para um efetivo controle social, bem como minando a possibilidade dos profissionais fazerem o que sabem (Relatório 1, 2017, pág.3).

Já no segundo trecho, é expresso uma nítida reflexão acerca das frágeis expressões contidas nas correlações de forças que permeiam o fazer profissional,

[...] Onde as vezes os usuários culpabilizam o próprio setor de Serviço Social por não dar respostas as demandas colocadas por eles, quando na verdade são as políticas sociais que se encontram fragilizadas, tendo como reflexo a dificuldade de acesso e a precarização dos serviços (Relatório 3, 2017, pág.10).

Neste sentido, IAMAMOTO (2011) sustenta que

[...]. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, *não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula*, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. Ora, sendo integrante dos aparatos de poder, como uma das categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica (IAMAMOTO, 2011, pág. 79, grifo da autora).

Dentro desta lógica, IAMAMOTO (2011) salienta a importância da compreensão do que é o exercício profissional em Serviço Social em sua perspectiva totalizante, o que nos leva a refletir acerca dos espaços ocupados pela ação profissional em que, muitas vezes, se faz necessário o uso da relação orientativa no sentido informar aos usuários que essa atividade profissional envolve diversos aparatos sociais que irão incidir nas demandas dos mesmos.

Nesta perspectiva, identificamos alguns trechos nos relatórios de estágio que vão ao encontro com a concepção abordada por IAMAMOTO (2011), no qual evidenciamos fragmentos textuais que corporificam com os preceitos em questão:

Diversas vezes as expressões da questão social que se expressam na sociedade e a que também estamos submetidos, nos trazem conflitos no cotidiano profissional, temos conhecimento sobre os direitos, mas também sabemos que esses direitos não são garantidos em sua totalidade e que muitos direitos estão apenas no papel. Por mais que a judicialização seja um método para se alcançar esses direitos, é nossa função reconhecer que não é o melhor meio de acesso e demonstrar sempre ao assistido que se trata de um direito. [...] (Relatório 7, 2017, pág.12).

Diante dos dilemas enfrentados torna-se evidente o processo de mercantilização da saúde, através dos rebatimentos na vida dos usuários e dos profissionais deste serviço. Convivendo com o mínimo para “sobrevivência”, devido às defasagens dos seus direitos, possuindo trabalhos

altamente precarizados, com a presença da flexibilização, terceirização, subcontratações e entre outras artimanhas do capital para obtenção de lucro (Relatório 8, 2017, pág.6).

[...]. Desse modo, essa instituição é condicionada, por elementos presentes em nossa formação brasileira, e estes recaem sobre os profissionais, em especial o Serviço Social, que localiza-se entre os limites dessas correlação de forças, que tem características fortes na precarização trabalho e burocratização do serviço (Relatório 13, 2017, pág.6).

Em todos os fragmentos destacados é notório a percepção reflexiva dos (as) discentes acerca dos limites e possibilidade postos no que se refere às contradições no trabalho, sendo esta percebida por meio das requisições e atribuições demandadas tanto pelas Instituições quanto pelos usuários de atendimento do Serviço Social.

Vale destacar, ainda, um ponto muito importante identificado em alguns dos relatórios de estágio III, no qual podemos perceber claramente alguns aspectos fundamentados na expressão do significado social da profissão. Muitos dos fragmentos textuais analisados manifestaram o significado social em falas como: “[...], apesar dos inúmeros desafios observei que a profissão dentro desse campo de atuação é tão importante quanto às demais, **especialmente no atendimento e na atenção as demandas dos usuários e na garantia, ainda que mínima dos seus direitos.**” (Relatório 3, 2017, pág.11, grifo nosso). Examinando tal afirmativa, nos apoiamos nos dizeres de ORTIZ (2010) no qual,

Vale destacar que a vinculação da profissão aos direitos, e mais precisamente à sua garantia, pode gerar uma interpretação falaciosa dos reais limites da profissão, tendo em vista que a efetiva garantia de direitos sociais não se circunscreve a uma categoria profissional, mas a alteração do padrão político-econômico de determinada ordem societária. Lutar pela defesa, e até pela garantia dos direitos é bastante diferente de garanti-los imediata ou mediatamente. A vinculação direta e indireta à garantia de direitos, sem o reconhecimento e a incorporação das devidas mediações, tende a gerar uma compreensão messiânica e voluntarista da profissão, processo este historicamente, e em especial, rechaçado por suas vanguardas (ORTIZ, 2011, pág. 210).

Em face a tais considerações, ORTIZ (2010) também dialoga com a tese exposta por IAMAMOTO (2011) no qual a autora salienta que,

Assim como esses serviços têm sua justificativa histórica na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classes, têm, também, seus limites dados pelo próprio regime de produção, que, devido à sua natureza, permite, no máximo, a redução da exploração e não sua eliminação. A política social que orienta o aparato burocrático-legal que implementa os serviços sociais é estabelecida e controlada pelo poder do Estado, existindo, prioritariamente, para assegurar as condições básicas indispensáveis ao domínio do capital no conjunto da sociedade. Ora, é no nível do Estado que se situam as estratégias políticas “assistenciais”, de “promoção social” ou de “bem-estar social”, como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. Orientam-se no sentido de *integrar à sociedade a população trabalhadora “assistida”*, o que, em outros termos, *significa integrá-la à ordem estabelecida pelo capital: é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada*. Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é *a institucionalização, pelo Estado, da pobreza*, transformando o que era “um problema social” em uma questão sob controle (IAMAMOTO, 2011, pág. 111-112, grifo da autora).

Ao realizarmos a articulação dos dizeres de IAMAMOTO (2011) e ORTIZ (2010) com alguns trechos dos relatórios, é possível perceber nos fragmentos um posicionamento dos (as) discentes em consonância com alguns aspectos enfatizados pela categoria profissional acerca do Significado Social da profissão:

O Serviço Social tem como finalidade prestar/oferecer atendimento (individual ou em grupo) de qualidade aos usuários [...], tendo como referência os princípios da Reforma Sanitária (1980) e do projeto ético-político do Serviço Social. O assistente social visa, com sua atuação profissional: identificar as expressões da questão social que interferem no processo saúde/doença dos usuários; construir ações voltadas para a defesa dos direitos dos usuários; contribuir para o acesso dos usuários a bens, serviços e políticas sociais; fomentar ações de formação e qualificação profissional e investir na realização de pesquisas e elaboração teórico-metodológica (Relatório 15, 2017, pág. 4-5).

A atuação do Serviço Social na instituição ainda é recente e vem sendo construída baseada na experiência profissional e na reflexão teórica referente ao projeto ético-político. O Serviço Social na Unidade [...] em Juiz de Fora intervém nas múltiplas formas da questão social que se apresentam à Defensoria, em busca de orientações e viabilização do acesso aos direitos, serviços, programas, políticas públicas, dentre outros (Relatório 7, 2017, pág.8).

No papel de estagiaria no modulo três podemos entender que a atuação do assistente social neste setor **vai para além das informações de viabilização de direitos**, os profissionais desta instituição lutam de forma diária para manter e ampliar a acessibilidade de seus usuários ao tratamento de qualidade mediante a redução de políticas sociais pelo Estado, de recursos humanos e materiais e atuando em espaços físicos inadequados com rotatividade de profissionais, [...] (Relatório 13, 2017, pág.10, grifo nosso).

Em suma, podemos dizer que a pesquisa realizada com base nos relatórios de estágio III confirmam a apreensão do significado social da profissão no entendimento dos discentes acerca do que é a profissão em Serviço Social, no qual após a conclusão do Bacharel, estes estarão aptos ao exercício, tão logo se inscrevam no CRESS. Além disso, esses dados nos mostram que as descrições evidenciadas nos relatórios de estágio III também expressam o processo de formação profissional proposto nas Diretrizes Curriculares, no Projeto Pedagógico bem como na projeção do perfil do Bacharel em Serviço Social.

Por certo, a análise dos relatórios de estágio permitiu o entendimento dos principais componentes que se apresentaram durante a intervenção profissional dos (as) discentes, além de nos elucidar acerca das respostas profissionais nos mais diversos campos de atuação, problematizando os embates que atravessam os limites e possibilidades bem como as estratégias presentes no fazer profissional que propiciem aos profissionais a compreensão acerca das contradições que atravessam a profissão, evitando as posições fatalistas, messiânicas e militantistas.

Não obstante, se faz necessário ressaltar que essa percepção acerca do significado social da profissão em Serviço Social se desvela ao longo da trajetória acadêmica calcada nos princípios norteadores da profissão, apoiados no Código de Ética Profissional vigente, no Projeto Ético-Político Hegemônico bem como nas propostas de formação profissional crítica enfatizada em documentos como as Diretrizes Curriculares (1996) e na Política Nacional de Estágio em Serviço Social.

Portanto, o estudo junto aos relatórios de estágio III nos possibilitou assimilar que a trajetória acadêmica vivenciada pelos (as) discentes vão de encontro com a perspectiva crítica sobre a particularidade histórica do Serviço Social no Brasil bem como do entendimento do processo histórico de inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Neste sentido, os relatos demonstraram que a formação profissional dos mesmos se encontram com a base de sustentação teórica do Projeto Ético-Político hegemônico da profissão tal como apoiados nos conceitos expressos nas entidades que corporificam a categoria em Serviço Social.

Ainda assim, observamos que do total de 15 relatórios, 3 não conseguimos identificar ponderações acerca do significado social da profissão, 6 desses relatórios não apresentavam uma reflexão acerca das demandas do Serviço Social na Instituição sendo que ou apenas descreviam algumas demandas observadas durante o estágio ou não foram destacadas ao decorrer da leitura dos mesmos e 1 dos relatórios não enfatizava nenhuma relação com os limites e possibilidades que permeiam o exercício profissional, conforme proposto no roteiro o que nos mostra a necessidade de maior aprofundamento analítico dos relatórios apresentados na Faculdade de Serviço Social/UFJF.

Considerações finais

Buscamos neste trabalho refletir e analisar a compreensão do significado social da profissão na contemporaneidade, sendo utilizado como referência a elaboração e fundamentação teórica apresentada pelos (as) discentes nos relatórios de estágio III entregues como requisito obrigatório de conclusão do estágio supervisionado, na Faculdade de Serviço Social – UFJF no ano de 2017.

Para tanto, o desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise bastante rica de como o significado social da profissão se apresenta ao longo da trajetória acadêmica e de como é importante compreender o processo histórico que atravessa o Serviço Social no Brasil, além de interpretar o caráter contraditório existente que perpassa a profissão, entender os limites e possibilidades que se apresentam no exercício profissional bem como os elementos que compõem a orientação profissional.

O resgate histórico da trajetória do Serviço Social no Brasil bem como a análise dos parâmetros que perpassam o estágio supervisionado, se fizeram importantes para clarificar nosso entendimento acerca do tema, além de nos ter possibilitado analisar os relatórios de estágio em seu aspecto totalizante compreendendo as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que perpassam o aprendizado profissional proposto na formação acadêmica.

Os trechos explicitados com base nos relatórios de estágio III que foram analisados, nos mostram que o movimento de amadurecimento profissional também se encontra em constante modificação. Por sua vez, conforme a Faculdade de Serviço Social/UFJF apresenta um Projeto Pedagógico atrelado ao Projeto Ético-Político Hegemônico, ao Código de Ética Profissional, às Diretrizes Curriculares bem como vinculado aos parâmetros defendidos pelas entidades representativas do Serviço Social no Brasil (a exemplo: o Conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS), consideramos que a formação profissional continue buscando o aprendizado em sua perspectiva totalizante, assimilando o Serviço Social com o viés crítico e que sua formação apresente todas as particularidades que envolvem o exercício profissional.

Portanto, entendemos que os dados apresentados ao longo deste estudo explicitam uma necessidade de maior aprofundamento analítico acerca da questão, uma vez que sempre se faz necessário o processo reflexivo em relação ao significado social da profissão. Nesse sentido, identificamos que há um esvaziamento teórico quanto ao tema, pois o mesmo não se encontra como objeto de pesquisa nas elaborações de monografias e/ou dissertações contidas na biblioteca da Faculdade de Serviço Social/UFJF. Com isso, se faz necessário a presença deste tema nos centros de discussões de cunho investigativo, uma vez que se trata de uma análise que engloba a profissão em seu sentido amplo, o que possibilita excelentes produções de Monografias e Dissertações de Mestrado/Doutorado.

Referências bibliográficas

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em: 3 nov. 2018

BOTTOMORE, TOM et al. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Zahar, 2ª. Edição, 1988. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf> Acesso em: 10 out. 2018

BRANT, Vinicius Caldeira e SINGER, P. (org.) **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, CEBRAP, 1980, 4ª. edição.

CFESS. Política nacional de estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social – ABEPSS. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 4 nov. 2018

CHAUÍ, Marilena. Democracia e socialismo: participando do debate. **CHAUÍ, M. Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 12ª. Edição, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Os marxistas e a questão democrática. COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1994. (pg. 71-89).

EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; FERREIRA, Luzia A.; PEREIRA, Juliana C.; MARTINS, Érika A. **Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990**. Revista Temporalis online, n. 29, ago/2105

EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; MOLJO, Carina B., et.all. **Transformações societárias e Serviço Social**: análise das respostas profissionais na esfera da seguridade social expostas nos trabalhos apresentados no XIII CBAS/2010. Revista Libertas online, jul/2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. Cap. 1 e Cap. 4. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social**: desafios na construção de um projeto de formação profissional. (pg. 101-116). Cadernos ABESS número 6. Produção científica e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, setembro de 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **20 anos do livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: uma leitura retrospectiva. (pg. 89-128). Revista Temporalis, V3, Suplemento. Brasília: ABEPSS, novembro de 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Resolução nº15, de 13 de mar. de 2002. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**. Mar 2002. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf> Acesso em: 7 dez. 2018

MOTA, Ana Elizabete Mota. **O feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na Empresa. São Paulo: Cortez Editora, 6ª. Edição ampliada, 2010.

MOTA, Ana Elizabete Mota. **Uma nova legitimidade para o Serviço Social de empresa**. Revista Serviço Social e Sociedade número 25. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade número 50. São Paulo: Cortez, 1996. (pg. 87-132).

NETTO, José Paulo. Cap. 4. **Crise e derrota da ditadura**: 1979-1985 (pg. 209-256). Epílogo (pg. 257-262). Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez Editora, 2014.

PASTORINI, Alejandra. **As políticas sociais e o Serviço Social**. Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2ª. Edição, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2010.

REIS, Daniel Aarão. Cap. 6. A transição democrática (1979-1988) (pg. 125-148). Cap. 7. A Constituição de 1988 e a restauração da democracia (pg. 149-166). **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio (Org.). **A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Serviço Social – UFJF**. Disponível em < <https://www2.ufjf.br/ufjf/ensino/graduacao/servico-social/>> Acesso em: 10 nov. 2018

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Anexos

Anexo I: Roteiro de suporte na leitura dos relatórios

Roteiro para análise dos relatórios a partir das questões formuladas, inicialmente, para o grupo focal

Questão 1. Como descreveria o significado social da profissão em Serviço Social?

Questão 2. A partir da sua inserção no estágio, ou em outras oportunidades de contato com o trabalho profissional, como você percebe as designações encaminhadas pela Instituição para serem realizadas pelo (a) Assistente Social (requisições e atribuições institucionais para o Serviço Social) e, neste sentido, como você analisa as possibilidades para o trabalho profissional? Exemplificações. É possível perceber a atuação do (a) Assistente Social direcionada às demandas que chegam através dos usuários?

Questão 3. Existem contradições no trabalho profissional? Como elas se expressam? O impacto das contradições e da correlação de forças nas respostas profissionais

Anexo II: Quadro de base Relatório vs. Referência bibliográfica

Relatório	Nº de títulos indicados	Possui referência de fundamentação teórica?	Exemplo	Nº de livros utilizados na bibliografia
1	2	Sim – pag. 3 do relatório	“Como prevê o Ministério da Saúde, [...], os atendimentos individuais nas áreas da medicina, serviço social e psicologia, [...].”	0
2	2	Sim – pag. 4 do relatório	“Conforme a Portaria 3.088 de 23 de dezembro de 2011, institui a RAPS no SUS.”	0
3	7	Sim – pag.12 do relatório	“Segundo Matos (2013) o assistente social na saúde busca identificar os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a relação saúde-doença vivida pelo usuário e mobiliza os recursos disponíveis e o desenvolvimento de uma prática emancipatória, de fortalecimento dos usuários na garantia dos seus direitos.”	4
4	3	Sim – pag.11 do relatório	“[...] Segundo Vasconcelos (2008, p. 257): estratégias e ações que o assistente social vai se formando e se transformando [...] “cada vez mais qualificado”. Ou seja, a realização das atividades, do Assistente Social, na saúde, depende da linguagem e conhecimento como ferramentas fundamentas de trabalho.”	1
5	3	Não	-	2
6	9	Sim	“O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa aprender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente do colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (Resolução CRESS nº553/2008).”	5

7	8	Sim	“Desenvolvimento de habilidades com relação a: coordenação de frentes de trabalho, sistematização da prática profissional, avaliação do desenvolvimento dos projetos, impacto da atuação profissional junto à população usuária dos serviços sociais. (Manual do estagiário da Faculdade de Serviço Social – UFJF, 2014). ” “[...] A manutenção destes projetos ocasionam rebatimentos na vida população, principalmente da classe trabalhadora. Através da oferta de qualidade do serviço para os que possam pagar, e a oferta do mínimo, para os que não possuem recursos. Sendo assim, convivendo com o aumento das desigualdades sociais. (BRAVO, MENEZES, 2011, p.3-4). ”	5
8	3	Sim	“O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, pag.52). ” “[...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (CFESS, 2008, p.2). ”	2
9	3	Sim – pag. 12 do relatório	“Segundo Oster (1928, p. 306), o sigilo é “Aquilo que no exercício ou fora do exercício da profissão e no convívio da sociedade eu tiver visto ou ouvido, eu conservo inteiramente secreto”. ”	2
10	8	Sim		4
11	Relatório sem referência bibliográfica	Sim – pag.8 do relatório		-

12	16	Sim – pag.12 do relatório	“Não obstante estejamos trabalhando em profissões que são eminentemente sociais, nem sempre percebemos exatamente que é esse outro com o qual trabalhamos. Nem sempre temos claro que sujeito é esse. Em quantos momentos esse outro é visto de forma vulgarizada, banalizada, como se o centro de referência da prática fosse o profissional que realiza e não o sujeito que a constrói conosco (MARTINELLI, 1999, p.13). ”	10
13	0	Não	-	0
14	3	Sim – pág. 12 do relatório	“O estágio, portanto, complementa o processo de ensino/aprendizagem, capacitando o acadêmico a uma postura crítica reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social (ALMEIDA, 2013, p.6). ”	1
15	2	Sim – pág. 4 do relatório	“[...] A EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária (Portal do MEC). ”	0
